

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

RYAN MARTINS DA SILVA

O CAMPUS DE UVARANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
(UEPG) COMO CIDADE UNIVERSITÁRIA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES

PONTA GROSSA

2025

RYAN MARTINS DA SILVA

O CAMPUS DE UVARANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
(UEPG) COMO CIDADE UNIVERSITÁRIA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em
Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
Apresentado para obtenção de título de licenciada em
Geografia.

Orientadora: Karina Eugenia Fioravante

PONTA GROSSA

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Setor de Ciências Exatas e Naturais
Departamento de Geociências
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, **RYAN MARTINS DA SILVA**, RA: **22000302**, RG: **14.849.526-2**, asseguro que o **Trabalho de Conclusão de Curso** foi por mim elaborado e, portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.


Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 29 de outubro de 2025.

 Documento assinado digitalmente
RYAN MARTINS DA SILVA
Data: 29/10/2025 14:33:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ryan Martins da Silva



ANEXO H – FOLHA DE APROVAÇÃO/ATA DA DEFESA

FOLHA DE APROVAÇÃO ATA DE DEFESA

Aos 14 dias do mês de novembro de 2025, na sala 13, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas professoras: Karina Eugenia Fioravante (Presidente-Orientadora), Marcela Teixeira Godoy (membro) e Thaís de Cássia Lima Lemos (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso sob o Título “O campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) como cidade universitária: perspectivas e potencialidades” elaborado por Ryan Martins da Silva, concluinte do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguida pelas integrantes da Banca. Após o procedimento de avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

1) Presidente - Profa. Dra. Karina Eugenia Fioravante

Documento assinado digitalmente
gov.br KARINA EUGENIA FIORAVANTE
Data: 19/11/2025 09:26:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2) Membro 1 - Profa. Dra. Marcela Teixeira Godoy

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELA TEIXEIRA GODOY
Data: 20/11/2025 08:22:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3) Membro 2 - Profa. Msc. Thaís de Cássia Lima Lemos

Documento assinado digitalmente
gov.br THAIS DE CASSIA SILVA LEMOS
Data: 19/11/2025 17:28:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ponta Grossa, 14 de novembro de 2025.

Dedico a todos aqueles que não chegaram aqui e que não puderam cumprir o seu
percurso acadêmico.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Cirene e ao meu pai Enivaldo, que tornaram meu sonho possível, e que através de seus suores, proporcionaram a mim uma vida que a eles foi negada.

À Aline, Jeniffer, Kamille, Maria Izabel, Mateus, Matheus, Mazurek, Napoleão, René e Ronna, amigas/os e companheiras/os que proporcionaram-me um ambiente seguro e de apoio onde eu me descobri e onde eu pude ser eu mesma.

À minha amiga Marcela, que me ajudou a entender que eu ser como sou é natural, e que o errado é a opressão sobre nossos corpos.

E a minha orientadora e amiga Karina, por abraçar minha ideia, por fazer um exímio trabalho, por falar e por me ouvir.

Se o nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.

(David Harvey)

RESUMO

SILVA, R. M. O Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) como Cidade Universitária: Perspectivas e Potencialidades. Orientadora: Karina Eugenia Fioravante. Ponta Grossa, 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as possibilidades do Campus Universitário de Uvaranas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, em se tornar uma Cidade Universitária. Os objetivos específicos consistem em identificar as categorizações utilizadas para a criação das duas principais Cidades Universitárias do Brasil, a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira e o bairro Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, respectivamente localizados em São Paulo e Rio de Janeiro. Bem como, compreender as potencialidades do Campus de Uvaranas em ascender de Campus para Cidade Universitária. Para isso será feito um levantamento dos planos gerais e diretores dessas cidades e uma análise dos mesmos. Juntamente, será feita uma avaliação da estrutura física do Campus de Uvaranas, para identificar suas potencialidades em se tornar uma Cidade Universitária.

Palavras-chave: Cidades Universitárias, Universidade, Planejamento.

ABSTRACT

SILVA, R. M. **The Uvaranas Campus of the State University of Ponta Grossa (UEPG) as a University City: Perspectives and Potentialities.** Advisor: Karina Eugenia Fioravante. Ponta Grossa, 2025. Undergraduate Thesis (Bachelor's Degree in Geography) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

The main goal of this work is to analyze the possibilities of the University Campus of Uvaranas, of the State University of Ponta Grossa - UEPG in becoming a University Town. The specific objectives consist in identifying the categorizations used to create the two main University Towns in Brazil, the Cidade Universitária Armando de Salles and the Cidade Universitária neighborhood, on Ilha do Fundão, respectively located in São Paulo and Rio de Janeiro. As well as understanding the potential of the Uvaranas Campus in ascending from Campus to University Town. To this end, a survey of the general and master plans of these cities will be carried out and an analysis of them will be made. Together, an assessment will be made of the physical structure of the Uvaranas Campus to identify its potential in becoming a University Town.

Keywords: University Town, Universities, Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Universidades europeias de 1088 a 1505	21
Mapa 2 - As primeiras universidades fundadas em países latino-americanos	23
Mapa 3 - O campus de Uvaranas	27
Mapa 4 - Seção I, face Norte	27
Mapa 5 - Seção II, face norte.....	28
Mapa 6 - Seção III, face Norte	29
Mapa 7 - Seção IV, face Sul	30
Mapa 8 - Seção IV, face Sul.....	31
Mapa 9 - Seção V, face Sul	31
Mapa 10 - Seção VI, face Sul.....	32
Mapa 11 - Seção VIII, ala Sul	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Universidades Federais	24
Figura 2 - Universidades Estaduais	24
Figura 3 - O processo de planejamento	38
Figura 4 - Categorias em comum entre a CUASO e a Ilha do Fundão	61

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Al-Qarawiiyn e al-Azhar nos dias de hoje	20
Fotografia 2 - Cidade Universitária “Ciudad Blanca”	34
Fotografia 3 - As cidades universitárias da UNC e da UNAM	35
Fotografia 4 - As ilhas antes dos aterramentos.....	45
Fotografia 5 - A ilha do fundão hoje em dia.....	46
Fotografia 6 - A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira em seu início	52
Fotografia 7 - A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira hoje.....	53
Fotografia 8 - Início e fim da ciclovia	63
Fotografia 9 - As rotatórias.....	64
Fotografia 10 - Estacionamentos	64
Fotografia 11 - Os blocos	65
Fotografia 12 - Serviços essenciais como RU, Biblioteca, Ambulatório e NTI.....	65
Fotografia 13 - Área de lazer trancada	69
Fotografia 14 - Pista de atletismo e arredores (dia/noite).....	70
Fotografia 15 - Bosque dos Escritores e Parque das Araucárias	71
Fotografia 16 - Centro de Convivência	72
Fotografia 17 - Área mal iluminada próximo ao Bloco E (Seção I).....	74
Fotografia 18 - Prédios da CEUP desativados	75
Fotografia 19 - Único prédio da CEUP ativo	75
Fotografia 20 - Caminho da CEUP ao Bloco G	76
Fotografia 21 - Baiucas.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGIPI	Agência de Inovação e Propriedade Intelectual
AGM	Academia de Guarda Marinha
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
ARM	Academia Real Militar
ASI	Ambulatório de Saúde Integrativa
BICEN	Biblioteca Central Professor Faris Michaelae
CAAR	Colégio Agrícola Augusto Ribas
CAIC	Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente
CEPU	Comissão de Estudos do Plano da Universidade
CETEP	Centro Tecnológico de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CEUP	Casa do Estudantes Universitário de Ponta Grossa
Cidunis	Cidades Universitárias
CLR	Comissão de Legislação de Recursos
CRUSP	Conjunto Residencial da USP
CSA	Central de Salas de Aula
CUASO	Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira
Dots	Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável
ETUB	Escritório Técnico da Cidade Universitária Universidade do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FM	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
GEE	Gases de Efeito Estufa
HU	Hospital Universitário
IES	Instituição de Ensino Superior
IPEN	Instituto de Pesquisas Enérgicas e Nucleares
IPS	Ilha de Policogeração Sustentável
LGU	Lei Geral das Universidades
LITEC	Laboratório de Integração Tecnológica em Ciências Humanas e Sociais
MCN	Museu de Ciências Naturais
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PDU's	Planos Diretores de Unidades
PIU	Plano de Intervenção Urbanística
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
RU	Restaurante Universitário
SBN	Soluções Baseadas em Natureza
SEF	Superintendência do Espaço Físico
UB	Universidade do Brasil
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAL	Universidade Nacional da Colômbia
UNAM	Universidade Autônoma do México
UNC	Universidade Nacional de Córdoba
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ZOE	Zona de Ocupação Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES E DO PLANO DIRETOR	18
1.1 HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES	19
1.2 A UEPG.....	26
1.3 AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS	33
1.4 PLANEJAMENTO.....	37
1.5 PLANO.....	39
1.5.1 <i>Objetivos</i>	39
1.5.2 <i>Meios de realização</i>	39
1.5.3 <i>Meios de controle</i>	39
1.6 PLANO DIRETOR	40
1.6.1 <i>Na história do Brasil</i>	40
1.6.2 <i>Institucionalização</i>	41
CAPÍTULO II – AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS E OS SEUS PLANOS DIRETORES	44
2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, A ILHA DO FUNDÃO E O SEU PLANO DIRETOR.....	45
2.1.1 <i>Breve histórico da UFRJ</i>	45
2.1.2 <i>O plano diretor da Ilha do Fundão</i>	47
2.2 A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, A CUASO E O SEU PLANO DIRETOR	52
2.2.1 <i>Breve histórico da CUASO</i>	52
2.2.2 <i>O plano diretor da CUASO</i>	54
2.3 SIMILARIDADES ENTRE O PLANO DIRETOR DA UFRJ (ILHA DO FUNDÃO) E DA USP (CUASO).....	61
2.4 O TRABALHO DE CAMPO NA UEPG.....	63
CAPÍTULO III – A UEPG, SUAS POTENCIALIDADES E SEUS LIMITES A CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA	67
3.1 AS CATEGORIAS ENCONTRADAS NA USP E NA UFRJ APLICADAS AO CAMPUS DA UVARANAS	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXO A – CAMPUS DE UVARANAS.....	89

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da primeira universidade, *Al-Qarawiyn* no mundo árabe – mais especificamente no Marrocos –, até a famigerada Universidade de Bolonha, na Itália, assistimos as universidades se espalharem pelo mundo, como verdadeiros polos científicos, políticos e até mesmo culturais, que impulsionaram diversas sociedades. De mesmo modo, vimos elas serem utilizadas como meios de controle e de dominação de diversos povos – principalmente na América Latina –, ao sobrepor seus saberes, seus hábitos, suas epistemologias. Perfazendo assim, um epistemicídio.

Ainda assim são inegáveis as inúmeras contribuições positivas das Universidades para com a história humana. Hoje no Brasil existem 111 universidades públicas – entre federais e estaduais – sendo essas as pioneiras em diversos avanços, em distintas áreas, como as das ciências humanas, das ciências exatas, das ciências biológicas, entre outras. Contribuindo economicamente, culturalmente e politicamente, subsidiando o desenvolvimento – mesmo que a própria noção de desenvolvimento seja muitas das vezes errônea.

Frente ao prestígio das Universidades – que é minado a cada ano –, a sua importância – constantemente posta em cheque – e sua capacidade de moldar e promover uma nação, surgem as Cidades Universitárias, que na América Latina não são simples campus universitários, mas verdadeiros complexos arquitetônicos e urbanísticos, capazes de atender não somente suas próprias demandas, mas as de uma nação como um todo.

Vimos isso acontecer no México, na Colômbia, na Argentina e no Brasil, em todos esses casos, as Cidades Universitárias foram fruto de uma iniciativa do Governo, a fim de construir uma identidade nacional forte, testando suas capacidades arquitetônicas, logísticas, de planejamento e de financiamento, provando ao mundo que esses países estavam em rumo ao desenvolvimento.

Ao focarmos no Brasil, as principais Cidades Universitárias (Cidades Universitárias) sediam as maiores e mais importantes universidades do país, a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO) é o coração da Universidade de São Paulo (USP), bem como a Cidade Universitária da Ilha do Fundão, é o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com isso somos capazes de identificar que uma cidade universitária não só é um símbolo de desenvolvimento e progresso, mas também é a mais alta instância do Ensino Superior no nosso país.

Com isso em mente, surgem variadas perguntas a respeito da compreensão do que é uma Cidade Universitária, quais categorias são utilizadas? E no nosso caso, entender se o

Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem potencial para um dia tornar-se uma Ciduni.

Para responder a isso – e a outras questões pertinentes – este trabalho tem como objetivos: (1) Compreender os planos diretores das cidades universitárias da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em vista de identificar as categorizações para suas criações; (2) Analisar a estrutura física do Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da sua vizinhança; (3) Compreender as potencialidades do Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para transformar-se em uma cidade universitária, bem como a sua adequação política.

A partir disso, acreditamos sermos capazes de responder as principais questões do presente trabalho, identificando as principais categoriais das Cidades Universitárias, para que posteriormente possamos aplicá-las no Campus de Uvaranas da UEPG. Com este trabalho esperamos subsidiar eventuais mudanças na estrutura física do Campus, que possam favorecer o ambiente para a implementação de uma Cidade Universitária, respeitando a escala e as peculiaridades da região.

Em nosso primeiro capítulo em primeiro momento embarcaremos numa jornada pelo tempo, revisitando a história das universidades no mundo, indo contra a lógica colonial – e inerentemente europeia – de que elas surgiram na Europa. Posteriormente, veremos como essas universidades atravessaram os oceanos e chegaram na América Latina, como instrumentos de controle e domínio. Também olharemos para as universidades brasileiras, que são numerosas e de extrema importância para o desenvolvimento do país. Bem como, apresentaremos um breve histórico da Universidade Estadual de Ponta Grossa e uma análise da estrutura física do seu Campus de Uvaranas. Por fim, olharemos para o contexto latino-americano das Cidades Universitárias, entendendo suas meandros políticas e econômicas e as questões de planejamento que são indissociáveis ao pensarmos uma cidade, seja ela qual for.

No segundo capítulo abordaremos e faremos uma profunda análise dos planos diretores das duas maiores Cidades Universitárias do Brasil, que como já citado anteriormente são a CUASO (USP) e a Ilha do Fundão (UFRJ). Levantando categorias pertinentes que encontramos em seus planos, para que posteriormente identifiquemos as categorias que mostram-se presentes em ambos os planos. E sabendo da diferente escala entre USP e UFRJ, o estudo aprofundado do plano diretor comporta essa diferença de tamanho, ou seja.

Ao final do trabalho, no último capítulo, usaremos essas categorias identificadas anteriormente, para olharmos para a UEPG, identificando quais destas existem no Campus de Uvaranas, qual a atual situação delas, e quais não existem, mas apresentam potencialidades para

existir. Com o auxílio de fotografias de diversos pontos da universidade, buscamos elucidar ao máximo essas questões.

Para além de toda a problemática previamente citada, é pertinente dizer que hoje os trabalhos sobre Cidades Universitárias na Geografia são escassos. No portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), das 7¹ produções encontradas que tem como tema “Cidades Universitárias”, 3 delas são sobre instituições de outros países. Já entre as 259 monografias e Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação, disponíveis no acervo digital gerido pela Biblioteca Central Professor Faris Michaelle – BICEN da UEPG, somente 6² deles tratam de assuntos relativos à estrutura física do Campus, e entre esses, nenhum aborda o tópico “Cidade Universitária”. A escassez que observa-se na discussão sobre as Cidades Universitárias pode estar relacionada ao não conhecimento dos inúmeros benefícios que podem ser trazidos no momento de instituição desse modelo, bem como, representa o desafio que é discutir a temática. Este trabalho busca mudar isso.

¹ BRANCO e ALMEIDA, 2022; BRUGG e SANTOS, 2022; FASOLO, 2021; MEER, 2021; SOKOLOWSKI, 2023.

² BAUMGARTNER, 2015; JÚNIOR e REIS, 2024; OLIVEIRA e MACHADO, 2022; NEIVA, COSTA e FILHO, 2024; CHARLE, 2022; RODRIGUES, 2019; CAMPOS e MURTINHO, 2017.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES E DO PLANO DIRETOR

1.1 HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES

Antes de começarmos a pensar sobre as Cidades Universitárias, precisamos primeiro entender o contexto histórico das próprias universidades, quando surgiram e onde. Locais voltados para o ensino das ciências não são algo novo na história humana. Na Grécia Antiga por exemplo, temos a Academia de Platão (387 a.C) e o Liceu de Aristóteles (334 a.C). No Egito o Museu e a Biblioteca de Alexandria (Espaços Fundados por *Ptolomeu I Sóter*, no século III a.C). Esses espaços destacavam-se não só pelo seu caráter científico, mas também político. No entanto, ainda não se classificavam como “universidades”. Entendemos que a definição de “Universidade” pode acabar sendo trabalhosa e problemática de ser encontrada, uma vez que ela é continuamente tida como sinônimo de Ensino Superior e de Instituições de Ensino Superior (IES), mesmo não sendo (Wermann, 2016).

O presente trabalho não tem como objetivo central ou específico buscar por essa definição, no entanto, é inegável que será necessário confrontar estes conceitos, e trazer uma definição, por mais básica que ela seja, principalmente para IES e universidade. Então para isso usaremos legislações de três diferentes países, Brasil, França e Alemanha³.

No Brasil, segundo a Lei N°9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), configurasse como instituição de ensino superior àquelas que tenham em seus programas de ensino a oferta de graduação, pós-graduação e/ou extensão⁴, no entanto, a lei não exige que os três sejam oferecidos em conjunto. Já para configurar-se como universidade, os programas de ensino da instituição precisam oferecer graduação, pós-graduação e extensão simultaneamente⁵. Já em países como a França essa definição exata não chega a existir, apesar dos Artigos L711-1, L711-2, L711-3, L711-4 do *Code de l'éducation*⁶, estabelecerem as instituições de ensino superior como “públicas científicas, culturais e profissionais”, em nenhum momento a legislação define o que é uma universidade, ainda sim, existem artigos que ditam como deve ser a sua gestão e os seus serviços, bem como a necessidade de aprovação para o uso do nome “Universidade. O mesmo acontece na legislação de um dos estados alemães sobre Instituições de Ensino Superior⁷.

Com essa rápida e simples análise podemos concluir que: 1. As instituições voltadas para o Ensino Superior, são espaços cujo objetivos estão ligados ao ensino, à pesquisa, à cultura,

³ A escolha desses dois países para análise se dá pela sua importância e influência histórica no Ensino Superior e na construção dos saberes, indo para além das suas próprias fronteiras.

⁴ Art. 44 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996.

⁵ Art. 52 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996.

⁶ Legislação da educação francesa, de junho de 2000.

⁷ Landeshochschulgesetz – LHG, de 01 de janeiro de 2005.

à tecnologia, sendo assim a instância mais alta do Ensino; 2. A universidade, mesmo sendo uma instituição de Ensino Superior, não é a única desse modelo. E para que a sua institucionalização como “universidade” aconteça, é necessário que critérios sejam atendidos, esses que variam de país para país, em conta de sua cultura, tradição e política.

De qualquer modo, a primeira instituição de Ensino Superior formalmente reconhecida como “Universidade”, foi a Universidade de *al-Qarawiyn* (859), em Fez, no Marrocos, fundada por uma mulher, *Fatima al-Fihri* no século IX. E que até os dias de hoje permanece em funcionamento. Ainda no oriente podemos destacar as Universidades de *al-Azhar* (970), na cidade do Cairo, no Egito, também em funcionamento. E a Universidade de *al-Nizamiyya* (1065), em Bagdá, no Iraque. Sendo essa, parte de um grupo de instituições de Ensino Superior nomeadas *Nizamiyah*, idealizadas e concebidas por *Khwaja Nizām al-Mulk* (Vizir⁸ e político do Império Seljúcida), esse grupo posteriormente serviria como modelo para as universidades islâmicas modernas⁹.

Fotografia 1 - Al-Qarawiyn e al-Azhar nos dias de hoje



Fontes: Daily Sabah, 2020; Prof. Dr. Ekrem Bugra Ekinci, 2016.

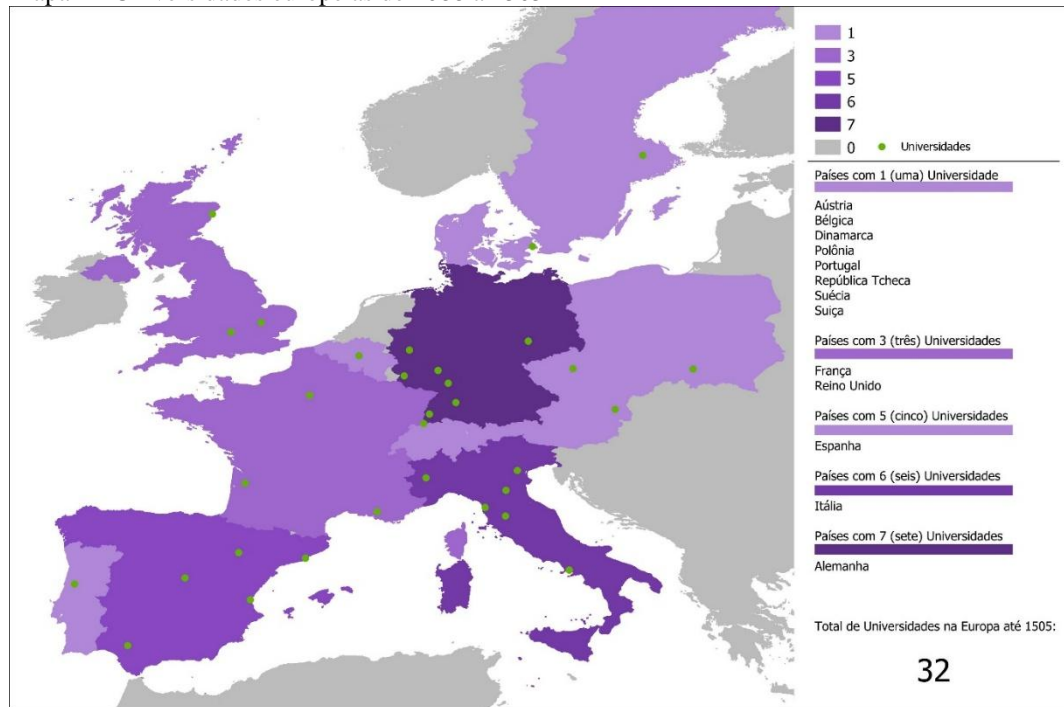
Já no mundo ocidental, no século X (um século depois da fundação da primeira universidade no oriente), houve a primeira tentativa formal de formar uma universidade europeia, na Escola de Medicina, em Salerno, na Itália, que estabeleceu um importante intercâmbio entre a ciência cristã, judaica e árabe. No entanto somente no século XI, em 1088, que de fato teríamos a primeira universidade europeia, a Universidade de *Bologna*, na cidade de mesmo nome, na Itália. Nos séculos seguintes veríamos variadas universidades sendo fundadas, principalmente na região dos povos germânicos, atual Alemanha, e na península

⁸ Vizir/Vizires eram aqueles nomeados pelo Sultão, equivalentes aos nossos primeiros-ministros.

⁹ BEARMAN, P.J.; BIANQUIS, TH.; BOSWORTH, C.E; DONZEL, E. van; HEINRICHS, W. P. ABU MAHALLI — ABU MANSUR B. YUSUF. In: THE ENCYCLOPAEDIA of Islam: New Edition. Leiden, Netherlands: Brill, 2004. v. XII, p. 29-30.

Itálica (Chassot, 2002).

Mapa 1 - Universidades europeias de 1088 a 1505



Fonte: CHASSOT, Attico, 2002.

Organização: Reorganizado por SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa é possível notar que nações como a França, Reino Unido, Espanha, Itália e Alemanha, fundaram mais de uma universidade no período de 1088 a 1505. Isso pode ter se dado pela forte influência política da igreja e das elites nessas nações. Segundo (Chassot, 2002), a maioria das universidades da época estavam ligadas a igreja, bem como aos nobres da época. Mesmo não sendo a pioneira na criação das universidades, a Europa certamente foi a que mais as fundou, totalizando mais de 32 instituições de ensino superior fundadas em menos de cinco séculos. Em ordem cronológica podemos citar as universidades de Bolonha (1088), Paris (1150), Pádua (1222), Nápoles (1224), Siena (1242), Oxford (1249), Cambridge (1249), Coimbra (1308), Pisa (1343), Praga (1348), Cracóvia (1364), Viena (1364), Heidelberg (1385), Colônia (1388), Turim (1405), Aix (1409), Leipzig (1409), Louvain (1425), Bourdeaux (1441), Trier (1454), Freiburg (1455), Mains (1456), Basileia (1459), Saragoça (1474), Tübingen (1477), Barcelona (1477), Upsala (1477), Copenhagen (1479), Aberdeen (1494), Alcalá (1499), Valência (1501), Sevilha (1505), entre outras. Essas mesmas universidades serviriam de modelo para as que seriam fundadas no mesmo século, no continente recém-invadido, a América (Chassot, 2002).

Ao observar o continente americano, vemos que o Império Espanhol foi o pioneiro em

instituir universidades nos territórios invadidos pela coroa. No ano de 1538, na República Dominicana, era fundada a Universidade Autônoma de Santo Domingo, a primeira universidade das Américas, mas não a única. Nos anos seguintes se viu um *boom* de instituições de ensino superior na América Espanhola, essa que não ocasionalmente era lar dos povos pré-colombianos, como os Astecas, Incas e Maias. Esses mesmos povos mantinham aqui “[...]uma sociedade hierarquizada, regida por estruturas complexas e ordenada por um Estado dispoendo de um aparelho administrativo e judiciário.”. E cidades como *Tenochtitlan*, com uma arquitetura avançada, sistemas de irrigação, canais de água que interligavam todo o perímetro urbano da cidade, saneamento básico etc. E uma população estimada de 400 mil habitantes na época da invasão (Soustelle, 1987, p.29).

Em contrapartida, na América Portuguesa os povos originários que aqui viviam, organizavam-se em sociedades tribais fechadas, sem grandes centros urbanos, ou complexas estruturas sociais - mas não devemos entender isso como “sociedades involuídas” ou “selvagens” somente com outros parâmetros organizacionais. Essa é uma das hipóteses que explicam o fato de que na América Portuguesa, nunca existiu uma universidade. Uma outra hipótese é a de que Portugal, com menor população (1,5 milhão), menores recursos (acabava de invadir o Brasil) e menor número de Universidades (Somente a de Coimbra), teria problemas em fundar uma universidade no Brasil, sem causar problemas a Coroa. Já a Espanha dispunha de uma maior população (6 milhões), maiores recursos, e renomadas universidades na Europa, o que a garantia uma “[...] situação vantajosa na cultura europeia [...]”, que a possibilitaria fundar universidades no Novo Mundo sem prejudicar as instituições na própria metrópole (Faria, 1952, p.91).

Entretanto, Portugal fundaria diversas faculdades e academias¹⁰, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FM)¹¹ e a Academia de Guarda Marinha (AGM)¹², que seriam os primeiros cursos superiores criados no país, em 1808. A Academia Real militar (ARM)¹³, fundada em 1810. E a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA)¹⁴, fundada em 1816. A primeira Universidade, a ser fundada no que correspondia à América Portuguesa, seria a Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundada em 1912¹⁵, pelo governo brasileiro, trezentos

¹⁰ Universidades oferecem Ensino, Pesquisa e Extensão, enquanto faculdades/academias oferecem somente um ou dois desses programas.

¹¹ Atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FM-UFRJ).

¹² Atual Escola Naval (EN).

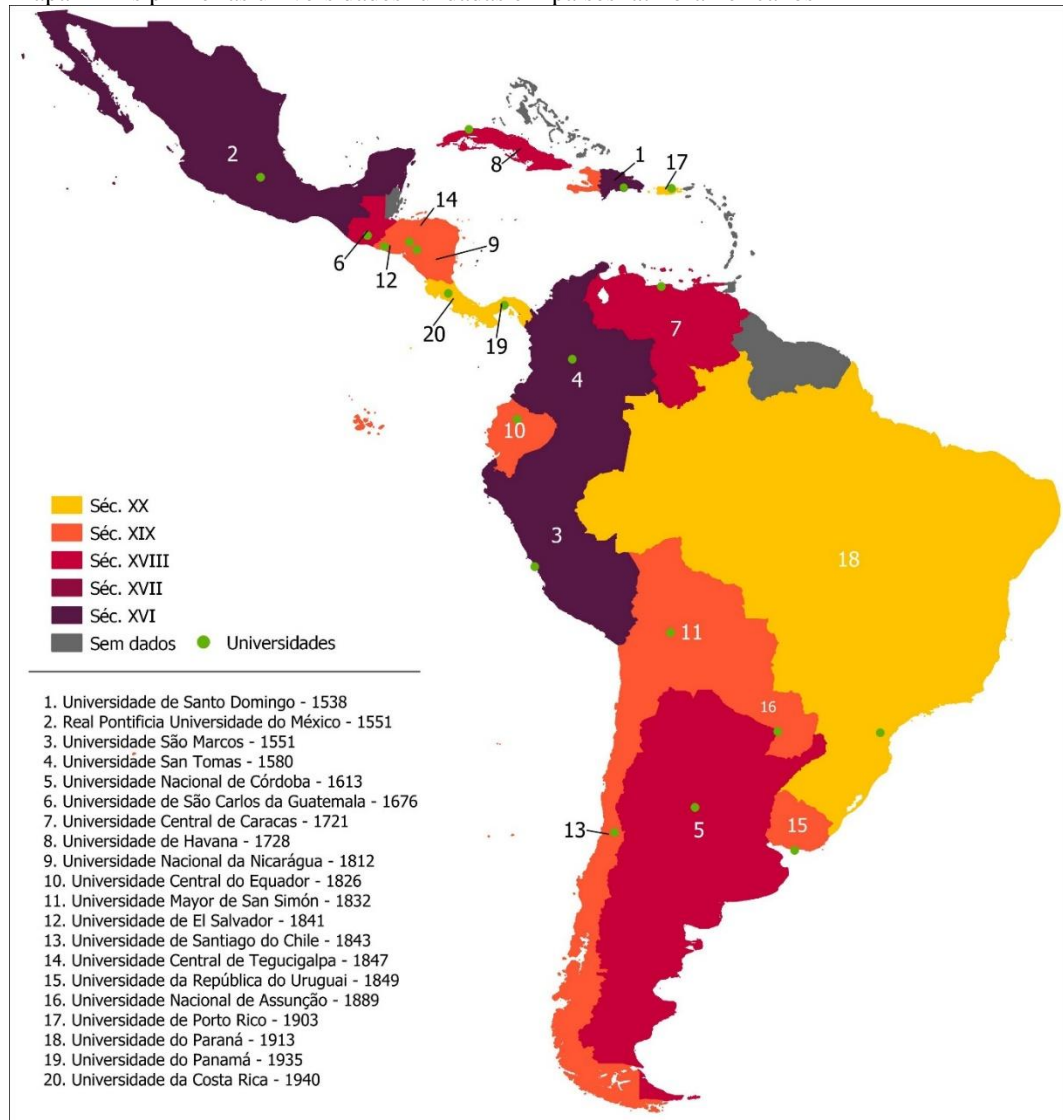
¹³ Atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

¹⁴ Atual Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

¹⁵ Universidade Federal do Paraná. **A mais antiga do Brasil**. Curitiba, 2025. Disponível em: [Universidade Federal do Paraná](#)

e setenta e quatro anos após a primeira universidade do continente.

Mapa 2 - As primeiras universidades fundadas em países latino-americanos



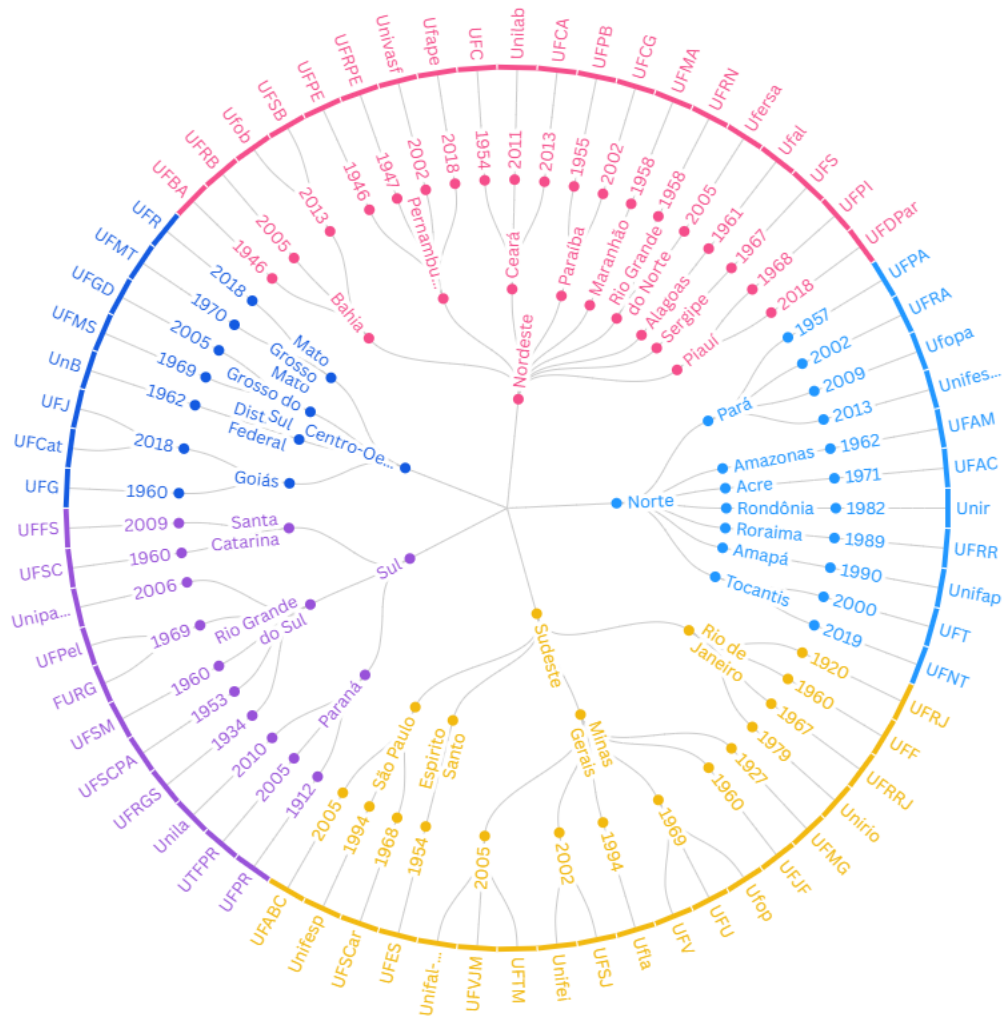
Fonte: HERLOTZ, Maria Júlia de Castro, 2023.

Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa é possível observar que as primeiras universidades latino-americanas foram fundadas em regiões que eram fortemente ocupadas por civilizações pré-colombianas, com exceção da Universidade de São Domingos. Podemos entender isso como um estratagema para que as barreiras para uma dominação cultural permanente fossem mais facilmente superadas, e que os preceitos e conhecimentos estruturados por esses povos fossem abandonados em substituição dos europeus. Importante ressaltar que os astecas não só produziam conhecimento, como tinham duas importantes escolas para isso, a *Telpochcalli* e a *Calmecac*. Já no restante da América Espanhola, a instituição das Universidades tardou alguns anos, e na América Portuguesa, alguns séculos (Haesbaert, 2021; Herklotz, 2023).

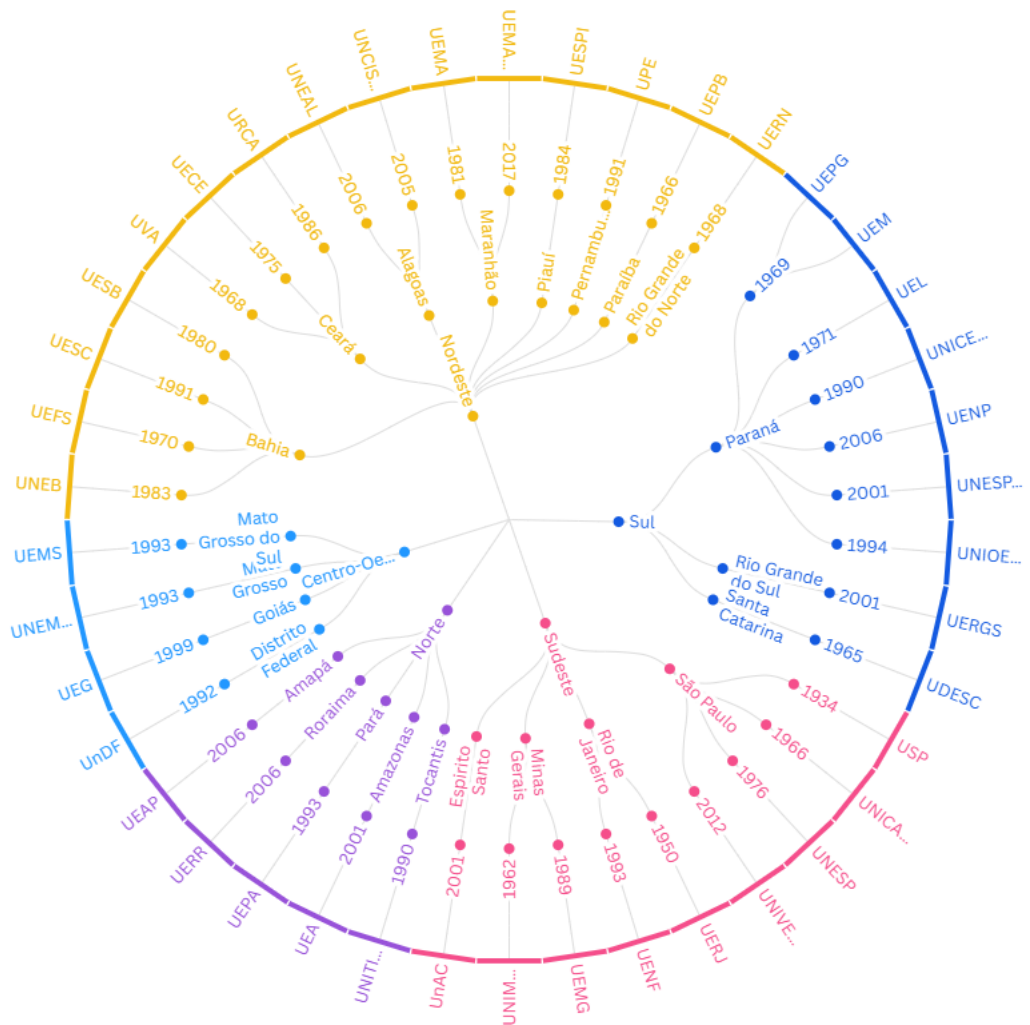
Desde o surgimento da primeira universidade do país, a UFPR em 1913, o Brasil fundou diversas universidades públicas em território nacional. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o país conta com 306 IES públicas, sendo 111 dessas classificadas como universidades, divididas entre federais e estaduais, tendo algumas regiões com maior número dessas instituições. Das 111, sessenta e nove ou seja 62% são federais e quarenta e duas (38%) são estaduais, sendo essas:

Figura 1 - Universidades Federais



Fonte: A autora (2025).

Figura 2 - Universidades Estaduais



Fonte: A autora (2025).

Ao observar a figura 1, vemos que existem um total de 69 Universidades Federais, bem como é possível identificar que entre as diferentes regiões, existe uma certa disparidade nos números, sendo a região com a maior concentração dessas instituições a região nordeste com 20, e a menor, a região centro-oeste, com 8, enquanto as regiões sul, sudeste e norte, tendo respectivamente onze, dezenove e onze universidades federais. Essa disparidade se acentua ainda mais quando olhamos para os estados, Minas Gerais por exemplo, ostenta 11 federais, o Rio Grande do Sul, 6, e a Bahia e o Pará, 4. Isso pode se dar pela importância econômica desses estados para a região, e a sua dependência de tecnologia para manter, bem como ampliar suas atividades econômicas, como é o caso de Minas Gerais, para Martins *et al* (2022, p. 611):

A expansão das universidades federais com sede em Minas Gerais ocorre em um contexto de desconcentração das atividades econômicas e tecnológicas que caracteriza o Brasil desde a década de 1970, mas que vem se atenuando no período mais recente (anos 2000), revelando alguma inércia da concentração, sobretudo em atividades de maior conteúdo tecnológico. [...] embora a RM de Belo Horizonte tenha apresentado

um crescimento populacional acima do interior, os indicadores relacionados ao crescimento econômico e emprego formal mostram um dinamismo maior do interior, sobretudo a partir de 2010.

Isso pode nos ajudar a entender melhor como os interesses econômicos e consequentemente políticos, podem favorecer o surgimento de universidades federais, em prol da sua produção científica e tecnológica para o desenvolvimento da economia. Também foi em Minas Gerais, onde o primeiro curso de “Engenharia Geológica” foi fundado, na Universidade Federal de Ouro Preto, em 1961¹⁶, buscando qualificar os moradores da região para que esses atendessem as demandas das empresas de mineração. Hoje, Ouro Preto abriga 19 dessas empresas, que correspondem por quase 90% de toda a arrecadação do município (IBRAM, 2014).

Já na figura 2, observamos que os números caem consideravelmente, são 42 Universidades Estaduais. Assim como no contexto das universidades federais, aqui existe uma disparidade nos números de Universidades entre as regiões, a região nordeste segue sendo a com maior número (15), e a região centro-oeste com (4), e as regiões sul, sudeste e norte, tendo respectivamente nove, nove e cinco. Ao olharmos para os estados, percebemos que estados como o Sergipe, Rondônia e o Acre, não tem nenhuma universidade estadual, também vemos que o estado do Paraná lidera com o maior número de universidades, tendo 7, também é no estado que se localiza a única universidade tecnológica do país, a UTFPR. Apesar do número robusto de universidades, o Paraná enfrenta problemas de gestão dessas. O estado adota a Lei Geral das Universidades (LGU)¹⁷, lei estadual que cria parâmetros para o financiamento e gestão de recursos entre as universidades do estado, o que acaba minando a autonomia dessas, dificultando a contratação tanto de funcionários como de professores, a lei também favorece áreas do conhecimento, em detrimento de outras, fazendo com que alguns cursos ascendam e outros fechem (CRESS-PR, 2021).

1.2 A UEPG

Dentro das inúmeras universidades estaduais atingidas pela LGU, está a Universidade Estadual de Ponta Grossa¹⁸, criada pela Lei 6.034, de 6 de novembro de 1969. A UEPG surgiu da fusão de diferentes faculdades estaduais da cidade, a Faculdade Estadual de Filosofia,

¹⁶ Universidade Federal de Ouro Preto. **Departamento de Geologia**. Ouro Preto, 2025. Disponível em: <https://degeo.ufop.br/classes/sobre-o-curso>. Acesso em: 10 abr. 2025.

¹⁷ Lei 20933, de 17 de dezembro de 2021.

¹⁸ Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Notícias**. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: [Conselho Universitário](#). Acesso em 23 abr. 2025.

Ciências e Letras, Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, Faculdade Estadual de Direito e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração. Inicialmente a universidade operava somente em um campus, no centro da cidade, até que na década de 1980, sob a gestão do excelentíssimo Reitor José Gonçalves Barbosa, deu-se início a construção do Campus de Uvaranas, localizado no bairro de mesmo nome. Hoje a instituição opera em três campi, dois desses localizados na cidade de Ponta Grossa (Campus Central e Uvaranas), e outro na cidade de Telêmaco Borba. A seguir podemos observar a organização espacial do Campus, a partir de seções adaptadas pela autora, orientando-se pela proximidade dos edifícios.

Mapa 3 - O campus de Uvaranas¹⁹



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

Acima é possível observar o Campus de Uvaranas e seus edifícios divididos em blocos e/ou unidades, bem como as estradas e caminhos que permeiam todo o espaço. Uma característica marcante do campus é a linha de trem que o atravessa, dividindo-o em face “Norte” e face “Sul”, onde uma única ponte conecta ambas as partes. Nos mapas a seguir teremos acesso a essas divisões de modo mais detalhado a fim de explicar quais são os serviços oferecidos, prédios construídos e a sua disposição pelo Campus.

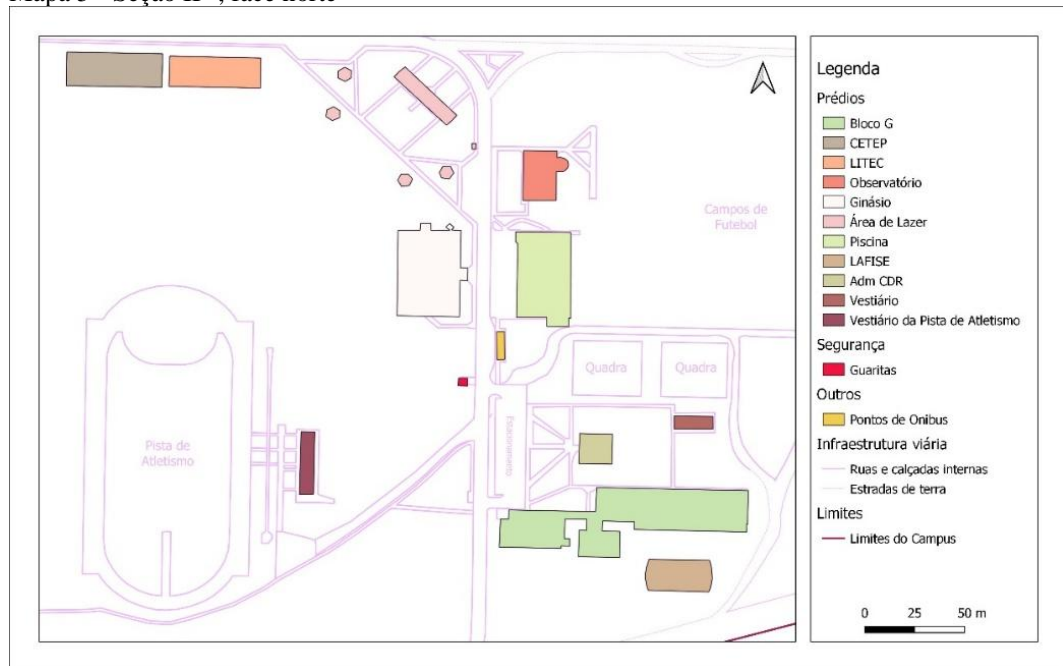
Mapa 4 - Seção I, face Norte

¹⁹ Disponível no Anexo A ao fim do trabalho.



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

Mapa 5 - Seção II²⁰, face norte



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

Os mapas acima correspondem a face norte do campus. Em um deles (Mapa 4 - Seção I), localizam-se prédios diversos, como os voltados para a administração da Universidade, como a Reitoria e o Arquivo, os voltados para a segurança como o posto policial e as guaritas, para a

²⁰ Esse bloco tem grande fluxo da comunidade externa, em conta das estruturas voltadas para os esportes.

saúde, que é o caso do Laboratório de Saúde Integrativa (ASI), os voltados para o Ensino Superior como o Bloco E-F e as salas multiusuário, os voltados para o Ensino Básico como o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) e aqueles voltados para ambos os ensinos, como é o caso do Centro de Convivência, onde está o Museu de Ciências Naturais (MCN), importante recurso didático para o ensino de diversas áreas.

Já no mapa 5 (Seção II) vemos o maior setor da Universidade, o Centro desportos e recreação, onde concentram-se os recursos voltados aos esportes e o bem-estar físico, como quadras, ginásios, campos de futebol, piscina etc., o que justifica ser onde fica o Bloco G, sede dos cursos de Educação Física. Ademais, no canto superior esquerdo, vemos os prédios voltados as pesquisas humanas, e onde diversos grupos de Pesquisa e Estudos se encontram, o Centro Tecnológico de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CETEP) e o Laboratório de Integração Tecnológica em Ciências Humanas e Sociais (LITEC).

Mapa 6 - Seção III, face Norte



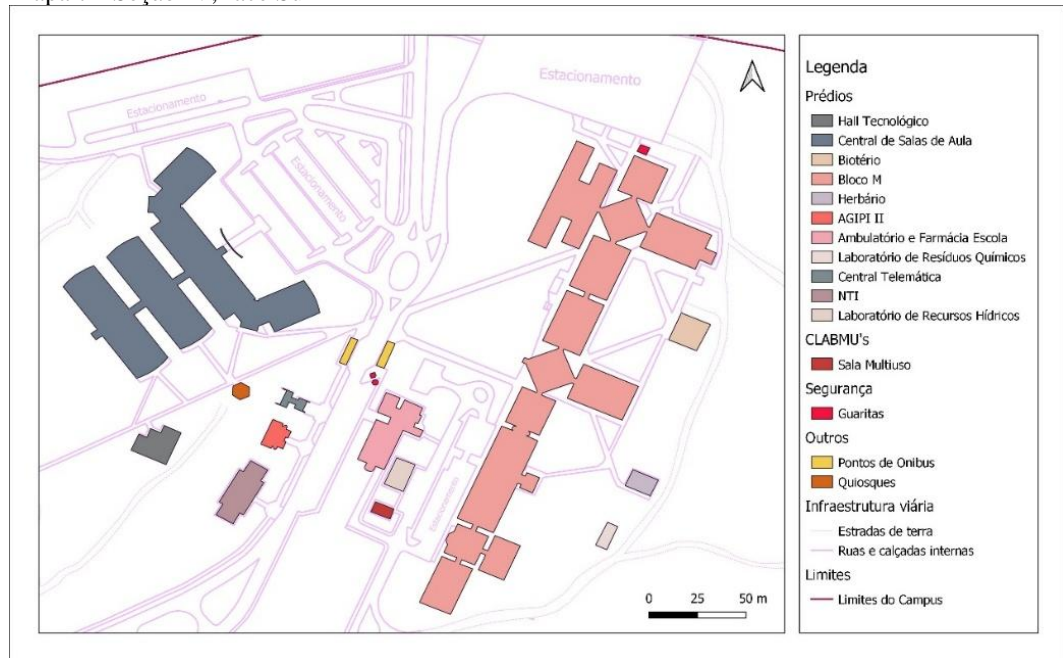
Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.

Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

Finalizando a face Norte, no mapa 6 (Seção III) está o que no papel deveria ser a Casa do Estudante Universitário (CEUP). No entanto os prédios que até então serviriam como dormitórios, lavanderia e refeitório, encontram-se abandonados, e apenas um único pequeno prédio cumpre essas diversas funções, também é importante ressaltar que para acessar a Casa do Estudante, é necessário deslocar-se por pelo menos 1 (um) quilômetro, e o caminho até lá é mal iluminado e em estrada de chão. Próximo dessa residência universitária também está o

laboratório de paleontologia.

Mapa 7 - Seção IV, face Sul



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.

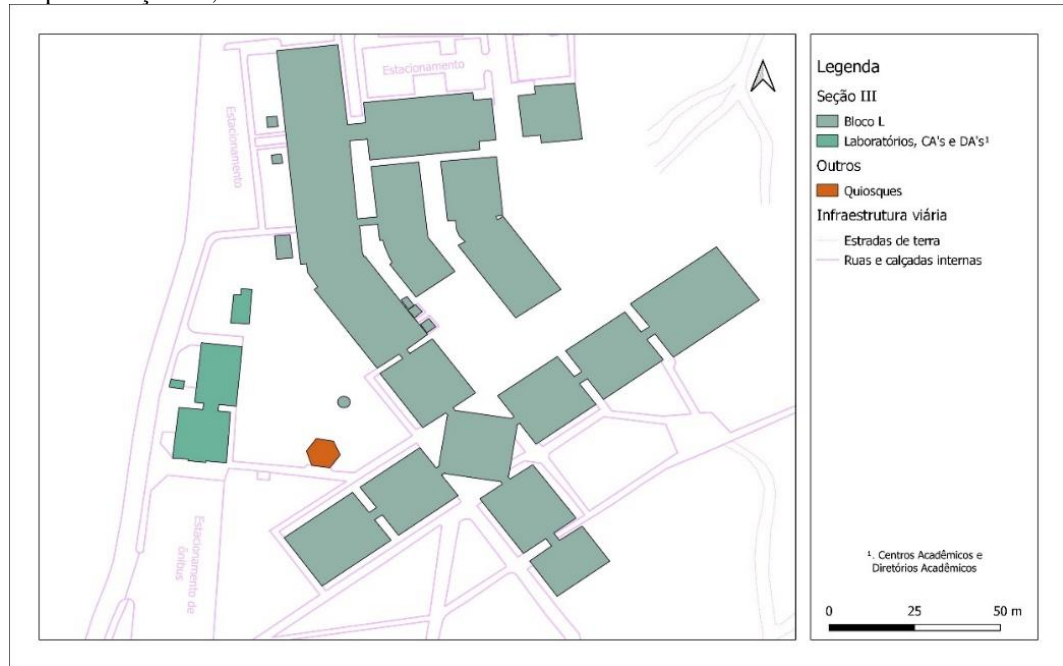
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa 7 (Seção IV) na esquerda do mapa (em azul escuro) está o coração da Universidade, tanto geograficamente, quanto pedagogicamente, a Central de Salas de Aula (CSA), que é utilizada por diversos cursos, para que se ministrem as aulas teóricas. E mesmo sendo um prédio central utilizado por mais de um curso, não é incomum encontrar problemas na estrutura física do lugar, como cadeiras velhas, projetores ultrapassados, ar-condicionado com defeito, entre outras adversidades.

À direita do mapa vemos o Bloco M (em rosa), utilizado pelos cursos do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde (SEBISA), sendo o bloco com o maior prédio contínuo da Universidade. Também é ali que ficam alguns dos cursos mais concorridos da Universidade²¹, como Medicina e Ciências Biológicas, e cursos que historicamente são altamente valorizados e com alta procura, como odontologia, enfermagem e farmácia, o que pode acabar justificando as dimensões do bloco. No centro do mapa vemos pequenos edifícios destinados a serviços básicos de apoio, como os voltados a saúde como ambulatório e a farmácia escola. Ou aqueles voltados para a assistência técnica dos sistemas da Universidade, como é o caso do NTI.

²¹ **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.** UEPG divulga concorrência do vestibular 2024. Ponta Grossa: UEPG, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.uepg.br/concorrencia-vestibular-2024/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Mapa 8 - Seção IV, face Sul



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.

Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa 8 (Seção IV) ficam os numerosos laboratórios do bloco L, indo desde espaços voltados a área da química, a área cartográfica, essa diversidade possibilita que diferentes cursos experimentem a interdisciplinariedade, uma vez que existem laboratórios que podem atender as demandas de mais de um curso, como o de Geologia, utilizado tanto pelos cursos de Geografia, quanto pelos de Biologia e Agronomia.

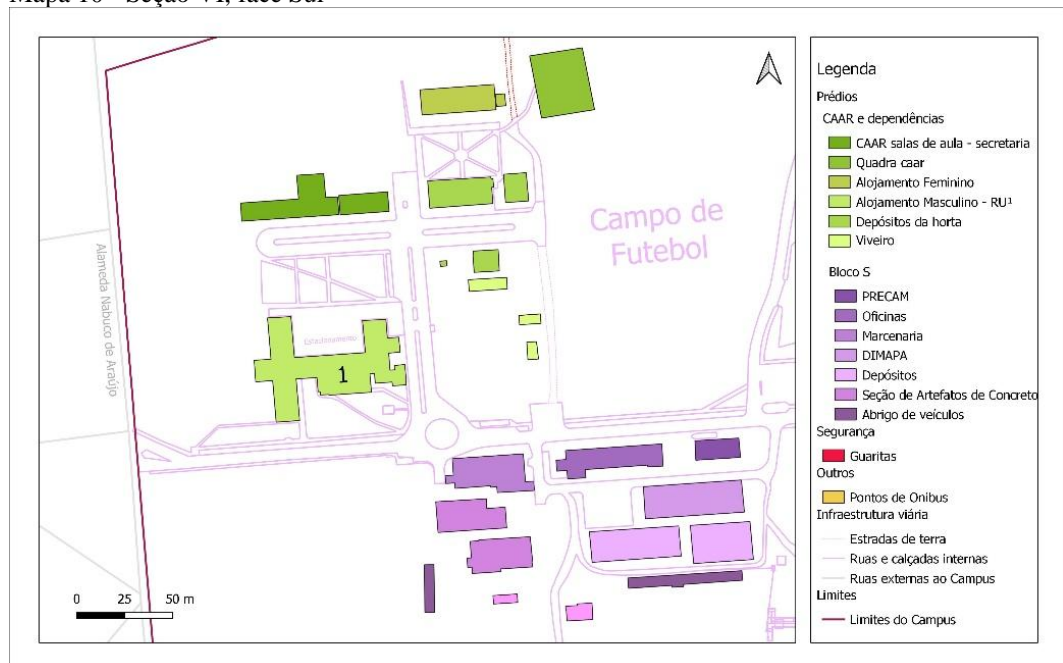
Mapa 9 - Seção V, face Sul



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa 9 (Seção V), é possível ver no centro a Biblioteca Central Professor Faris Michaelle (BICEN), onde grande parte da comunidade universitária busca as bibliografias e utiliza-se do espaço para os estudos. Não muito longe desse espaço está o Centro Integrar, prédio voltado aos eventos, simpósios, congressos da Universidade, e que hoje também funciona como espaço para o Centro de Referência do Instituto Federal do Paraná. Também vemos o Bloco Z, do curso de Zootecnia e a Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG (AGIPI).

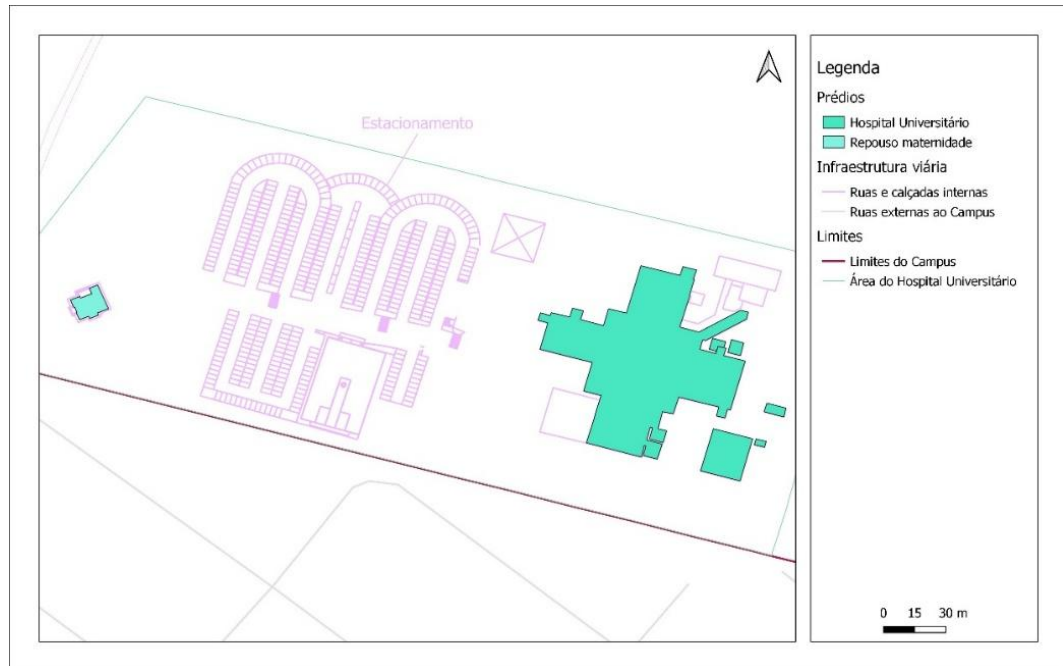
Mapa 10 - Seção VI, face Sul



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.
Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

No mapa 9 (Seção VI) está mais um dos espaços voltados ao Ensino Técnico, em verde vemos todas as dependências do Colégio Agrícola Augusto Ribas (CAAR), e dentro de suas dependências está o Refeitório do Colégio que também é utilizado pela comunidade universitária como Restaurante Universitário (RU). Logo abaixo, em roxo observamos as diferentes unidades da Prefeitura do Campus – Bloco S –, responsável por preservar e manter a estrutura física do Campus, dando suporte aos diferentes setores, seja fazendo a manutenção, produzindo relatórios ou fabricando diversos materiais, desde móveis até letreiros.

Mapa 11 - Seção VIII, ala Sul



Fonte: PROPLAN-UEPG, 2025.

Organização: SILVA, Ryan Martins da, 2025.

Por fim, no mapa 11 (Seção VII) está o Hospital Universitário (HU) que atende toda a comunidade da cidade de Ponta Grossa, e onde a grande maioria dos acadêmicos dos cursos da área de saúde estagiam e cumprem suas residências obrigatórias. Mesmo o HU estando dentro do Campus, seu acesso se dá majoritariamente por via externa, onde seu único acesso por dentro do Campus é por meio de uma estrada de terra.

Ao olharmos para a organização espacial do Campus é possível observar que os blocos ficam distantes um dos outros e pouco se conectam, também vemos que os espaços voltados para a convivência são limitados – e os que tem, mal funcionam. Bem como percebemos que alguns dos serviços essenciais mais importantes como o ambulatório e o restaurante universitário localizam-se distantes dos blocos, o ambulatório está há meio quilômetro de blocos como o E e o G. Já o RU está há pelo menos 1 (um) quilômetro de distância da maioria esmagadora dos blocos. Apesar dessa distância ser facilmente vencida por carros – uma vez que a Universidade tem uma malha rodoviária grande se em comparação para às vias voltadas aos pedestres e aos ciclistas –, observamos no dia a dia que a grande maioria dos estudantes deslocam-se a pé pelo campus, tornando a distância um problema, que pode ser agravado em dias de calor intenso ou chuva.

1.3 AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS

Agora que fizemos uma rápida contextualização das universidades no mundo, na

América Latina e no Brasil, podemos trazer um importante questionamento: “O que é uma cidade universitária?”, e para responder isso precisamos levar em consideração um único determinante, a sua localidade. Na Europa desde a fundação das suas primeiras universidades, as “Cidades Universitárias” compreendem as cidades onde as suas principais atividades relacionam-se ao ensino, bem como, sediam importantes instituições de ensino, como as cidades de Cambridge, Coimbra, Bolonha, Oxford e Salamanca, que até os dias de hoje sediam universidades com os mesmos nomes (Baumgartner, 2015).

No entanto, no Brasil e na América Latina no geral, as “cidades universitárias” correspondem a uma parte da cidade, um bairro, onde as atividades estão voltadas ao ensino, como é o caso do bairro “Butantã” em São Paulo, onde mais de 50% da sua área compreende a Cidade Universitária Armando de Salles, da Universidade de São Paulo (USP), instituída oficialmente em 1956. E o bairro “Cidade Universitária”, um conjunto de pequenas ilhas que foram aterradas para dar origem à atual Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada em 1952 (Herklotz, 2023).

Sabendo o que são as cidades universitárias no contexto latino, podemos apontar que as primeiras, tal qual as concebemos atualmente, surgiram no século XX. A primeira delas é a *Ciudad Blanca*, da Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), instituída em 1938. Posteriormente, diversas cidades universitárias seriam planejadas e instituídas em países da América Latina, além das já citadas acima, destacam-se a Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), instituída em 1954, e a Cidade Universitária da Universidade Nacional de Córdoba (UNC), na Argentina, instituída oficialmente na década de 1960, como parte de um movimento arquitetônico moderno e político de “desenvolvimento e modernização nacional”.

A arquitetura moderna acreditava que a partir do desenvolvimento arquitetônico e econômico da sociedade e da nação, as classes mais desfavorecidas seriam beneficiadas, atenuando a desigualdade. Hoje sabemos que esse “desenvolvimento” seria na verdade sustentado por essas classes, e que isso acabaria acentuando as desigualdades que deveriam ser superadas. E quando olhamos para os espaços institucionais de Ensino Superior, entendemos que essas classes são as que menos ocupam espaços nessas instituições, mesmo sendo as responsáveis majoritárias por as manter funcionando, através do pagamento de seus impostos e da força de trabalho ali empregada – docentes, servidores, técnicos, entre outros serviços que ali são realizados.



Fonte: *Universidad Nacional de Colombia*, 2022.

Fotografia 3 - As cidades universitárias da UNC e da UNAM



Fontes: *Universidad Nacional de Córdoba*, 2021; *Universidad Autónoma Nacional de México*, 2025.

Na América Latina do início do século passado, era visível os esforços na instituição e aprimoramento de grandes polos universitários que impulsionassem o desenvolvimento regional, e, posteriormente atraíssem investimentos para toda a nação, como visto na Colômbia, com a construção da Cidade Universitária Nacional da Colômbia, ou no México com a Cidade Universitária da Universidade Autônoma do México. Vemos nisso a semelhança entre as duas nações citadas e o Brasil, países que estavam em desenvolvimento industrial e político e que viram nos projetos e na construção das Cidades Universitárias, não somente o ensino e a pesquisa, como também a construção política e identitária da nação, bem como, integrantes da ideia de um “Plano Nacional de Desenvolvimento”.

Durante a concepção desses complexos arquitetônicos e urbanísticos, chamados de “Cidades Universitárias”, o planejamento se torna peça central, uma vez que é preciso entender a sua finalidade e suas contribuições. Ou seja, um planejamento que vai para além de onde construir, como construir, quando construir, mas sim, que leve em consideração um planejamento pedagógico e institucional, acompanhada por professores, funcionários etc., como o projeto realizado pelo pedagogo Fritz Karsen, que resultou na reorganização do Programa de Planejamento da Cidade Universitária de Bogotá, na Colômbia.

A importância desse planejamento pedagógico, revela-se quando entendemos que determinadas práticas acadêmicas, como, por exemplo, a oferta de disciplinas por parte dos departamentos e a localização dos prédios, interfere diretamente na dinâmica estudantil, e na gestão institucional desses lugares. Para melhor entender essa questão podemos nos utilizar de dois exemplos: 1. No Campus de Uvaranas, o Restaurante Universitário (RU) se localiza na saída lateral, distante da maioria dos blocos, o que faz com que a comunidade acadêmica (não só os estudantes) tenham que se deslocar embaixo do sol até o RU; 2. Um estudante de Agronomia da UEPG, tem na sua grade curricular matérias como a Geologia; no entanto, o laboratório de Geologia não fica no seu bloco de salas de aulas, mas sim, a cerca de 1km de distância, o que obriga esse estudante a caminhar essa distância duas vezes, para ir e voltar. Com esses dois exemplos podemos concluir que: 1. Um serviço essencial como o RU deveria se localizar o mais próximo possível de todos os blocos, por exemplo, no centro do Campus, facilitando assim o acesso a ele; 2. Que cursos que compartilham laboratórios e saberes semelhantes devem estar próximos para não só facilitar a vida dos estudantes, como também permitir a troca de saberes entre esses, promovendo uma interdisciplinaridade.

Assim, o compartilhamento de espaços comuns, como laboratórios, bibliotecas, academias, restaurantes universitários etc. também permitiria investimentos concentrados em

certos espaços, que com os subsídios necessários se tornariam mais modernos e preservados, bem como, mais aproveitados (Herklotz, 2003). Com uma comunidade acadêmica mais próxima e integrada, a articulação de movimentos sociais por exemplo, seria mais eficiente e forte, como o movimento estudantil, a sindicalização de funcionários e professores, entre demais movimentos sociais que não só beneficiariam a comunidade interna, mas também a externa, como os movimentos LGBTQIAPN+, Negro, Feminista, MST, MTST, entre outros.

Com isso podemos entender como o distanciamento (não só geográfico) impede que esses movimentos articulem-se. Vale a pena recordar que esse padrão de distanciamento espacial de blocos universitários foi utilizado pelo regime militar como modelo de repressão e controle. Durante a ditadura militar, a Universidade foi um importante palco de conflitos ideológicos, uma vez que ela se tornou um espaço central para que a oposição crescente ao regime florescesse. Ao perceber isso o regime não só implementou as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), bem como, distanciou os cursos considerados “de esquerda” dos demais, criando lacunas nessa movimentação estudantil, que vinha a enfraquecer o movimento. Ainda hoje sentimos os sintomas desse passado e o distanciamento de cursos de “exatas” e “humanas” é um grande exemplo (Motta, 2014).

O campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa teve o início da construção na década de 1990 e, desde então, é possível identificar fortes semelhanças com as cidades universitárias latinas, especialmente as brasileiras, ao mesmo tempo que identificamos diversos problemas estruturais, seja na estrutura física propriamente dita ou na estrutura institucional, o que acaba por aproximar ela ainda mais dessas “cidades”. Ao analisar de maneira sistemática os planos diretores das cidades universitárias brasileira, criando categorizações para entender o que torna um simples campus universitário uma Cidade Universitária, podemos por fim entender se e como o campus poderia ascender a tal categoria e quais seriam as implicações institucionais, orçamentárias, pedagógicas e sociais dessa ascensão.

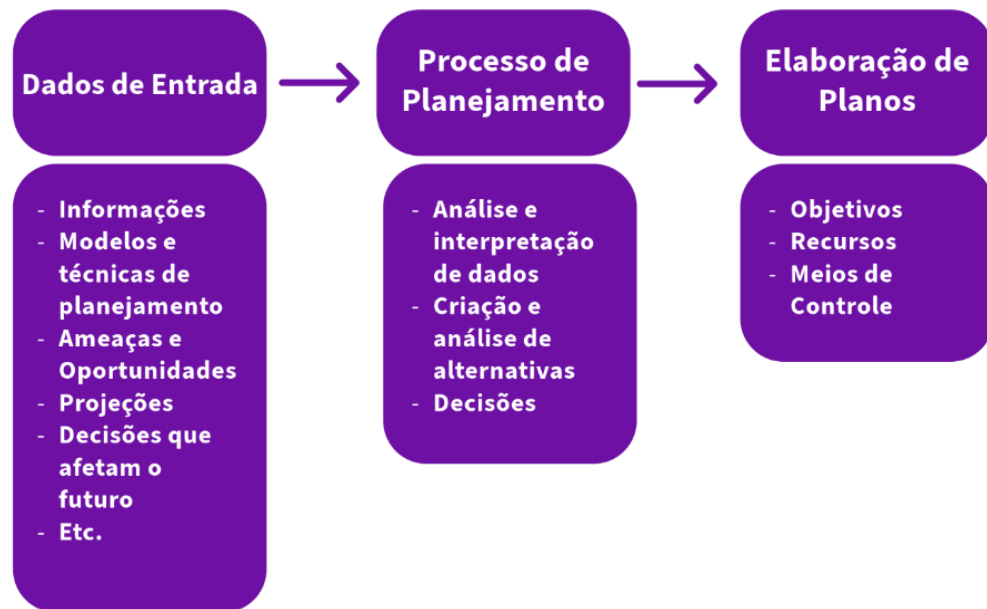
1.4 PLANEJAMENTO

O ato de planejar, fazer um planejamento, não é algo inovador, uma vez que planejamos tudo, desde as coisas do nosso dia a dia (planejamento diário), até as nossas cidades (planejamento urbano), nossas empresas (planejamento estratégico), nossa economia (planejamento econômico), nossas guerras (planejamento militar) ou até mesmo nossas instituições de ensino (planejamento institucional). Podemos entender planejamento de diversas

maneiras, mas para este trabalho vamos utilizar uma das definições pensadas por Maximiano (2004, p. 138), que fala que o planejamento “[...] é imaginar e trabalhar para construir uma situação nova, que não resultaria da simples evolução dos acontecimentos presentes”, e gostaríamos de ressaltar que todo planejamento resulta em um plano, sendo o primeiro um “O que fazer”, e o segundo “Como fazer”.

O planejamento é um processo, que também tem processos em seu desenvolvimento, sendo os principais os: (1) Dados de entrada; (2) Processo de Planejamento e (3) Elaboração de Planos.

Figura 3 - O processo de planejamento



Fonte: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, 2004.
Organização: Reorganizado por SILVA, Ryan Martins, 2025.

Na figura 3, vemos os principais processos utilizados durante o planejamento, a fase inicial são os “Dados de Entrada”, esses servem para compreendermos o ambiente atual, bem como seu passado e o seu futuro, identificando as suas necessidades, ameaças, oportunidades ou situações que poderão surgir, como por exemplo: (i) escassez de recursos; (ii) mudanças nas legislações; (iii) reclamações ou insatisfações gerais sobre o objeto central do planejamento. Em seguida como parte do processo de planejamento, precisamos pegar os dados que obtivemos na etapa anterior, e transformá-los em novos dados e decisões, interpretando esses dados e produzindo alternativas para superar as limitações identificadas anteriormente, atender suas necessidades e aproveitar-se das oportunidades. E como fim do processo de planejamento, temos o plano. Segundo Saboya (2007, p.36) “dentro dessa concepção o processo de

planejamento não é um processo permanente, e sim um processo que tem um início e um fim relativamente bem demarcados, e cujo resultado é um plano”. O autor também reforça que o plano não é imutável, e pode ser adaptado seguindo as necessidades do momento, no entanto com um certo grau de independência do planejamento que o originou.

1.5 PLANO

Sendo o resultado direto do planejamento, os planos podem ter diversas estruturas, entretanto observa-se um padrão, composto por: (1) Objetivos, que virão por guiar o plano; (2) Avaliação Geral, ajuda a entender a atual situação, suas potencialidades e fraquezas e (3) Meios de controle, servem para saber se o plano está sendo devidamente executado (Maximiano, 2004).

1.5.1 Objetivos

Todo plano tem em seu cerne os objetivos, eles servem como guias, focos, para que algo se realize, eles devem ser claros e diretos, para que futuramente esses sejam operacionalizados em um plano, por exemplo, um planejamento econômico visa melhorar o desempenho da economia de um país, para industrializá-lo mais rapidamente, atrair investimentos ou superar uma crise.

1.5.2 Meios de realização

Com objetivos definidos, precisamos encontrar meios para cumpri-los, esses meios serão definidos por meio de cursos de ação, que consistem em um conjunto de variadas e detalhadas atividades a serem seguidas – diretrizes –, como a delegação de tarefas, distribuição de recursos, sejam eles financeiros, humanos, informacionais etc. (Maximiano, 2004).

1.5.3 Meios de controle

Para saber se os objetivos estão sendo atingidos, e se os cursos de ação estão sendo seguidos, é necessário implementar os meios de controle. Assim como nas instituições de ensino temos as avaliações e a atribuição de notas para saber se o discente está aprendendo, no plano também devemos ter essa supervisão do desempenho, caso ele esteja acima da média, novas ações podem ser atribuídas, se está na média, sua execução continua como previamente

planejado, mas se estiver abaixo da média, é necessário implementar ações para que o que foi perdido, seja recuperado e que para esse desempenho melhore (Maximiano, 2004; Saboya, 2007; Miranda *et al*, 2014).

1.6 PLANO DIRETOR

1.6.1 Na história do Brasil

No fim do século XIX, deu-se início a industrialização e conseqüentemente a urbanização do Brasil, um país marcado pela dicotomia campo/cidade, certamente encontraria intempéries nesse processo. Fatores como o êxodo rural e as migrações para o Sul/Sudeste, foram cruciais para o crescimento desenfreado e desordenado das grandes cidades, essas que eram importantes polos industriais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Tais cidades ainda não tinham – se ainda não tem – infraestrutura para suportar o aumento repentino na população, e na demanda de serviços, bem como não tinham controle sobre as áreas que seriam ocupadas pelos novos habitantes. O que resultava em fortes questões sociais, como o aumento da vulnerabilidade social, problemas de segurança pública, que somados ao problema anteriormente citado, o baixo policiamento e má iluminação das ruas, tornavam-se grandes quimeras, demais problemas como os déficits nas distribuições de água, luz e alimentos, assolavam as cidades (Miranda *et al*, 2014).

Essas cidades necessitavam de uma reestruturação, e assim como Haussmann, em 1853 a 1870, construiu – ou melhor, destruiu e construiu – a Paris que conhecemos hoje, utilizando-se da segregação social e de preceitos higienistas, Pereira Passos – nosso Haussmann tropical – faria o mesmo no Rio de Janeiro, em 1903 a 1906. Mas com menor êxito, os cortiços ocupados pela população mais vulnerável, foram demolidos, e seus habitantes, junto ao pequeno comércio, foram expulsos para os morros da cidade. Também foi nesse período que a revolta da vacina ocorreria, resultante da insatisfação das recentes ações arbitrárias tomadas pelo poder público. Apesar das controvérsias desse processo, foi a partir daí que deu-se início a modernização da Cidade (Bois, 2008; Miranda *et al*, 2014; Fundação CECIERJ, 2025).

Um pouco mais de duas décadas mais tarde, o arquiteto francês Agache junto a mais um grupo de técnicos estrangeiros, produziram um plano de remodelação para a cidade, sendo esse o primeiro plano diretor do país, mesmo que esse fosse limitado apenas ao centro da cidade, e não fosse normatizado. O arquiteto francês também faria um plano de remodelação para a capital paranaense, em 1940, seguindo os mesmos princípios. E foi em Curitiba que se

originária o primeiro plano diretor normatizado, fundamentado no Transporte Coletivo, Sistema Viário e Uso do Solo (Prefeitura de Curitiba, 2025)²².

1.6.2 Institucionalização

O plano diretor é previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), capítulo II, **Art. 182**, parágrafo 1º “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Mesmo que essa constituição o torne obrigatório, é a Lei Nº10257, também conhecida como “Estatuto da Cidade”, que guia os planos diretores, e por mais que o capítulo III, dessa lei foque diretamente no “Plano Diretor”, a lei por um todo determina importantes diretrizes, tanto para o plano, quanto para a gestão das cidades (Rezende e Ultramari, 2007)

Diretrizes essas que são previstas no **Art. 2º**, capítulo II, sendo as mais importantes para este estudo os incisos e alíneas: (I) - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (II) - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (III) - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; (IV) - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (V) - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; (VI) - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização

²² PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Plano Diretor. Curitiba, [s.d.]. Disponível em: [Sobre o Plano Diretor – Plano Diretor 2025](#). Acesso em: 15 maio 2025.

ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; h) a exposição da população a riscos de desastres.

Ademais a: (IX) – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; (XII) – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; (XIX) – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados; (XX) - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população. Essas diretrizes auxiliam com que o plano diretor siga seu caráter social, onde o ordenamento espacial, a ocupação do solo e sua preservação, atendam ou pelo visem atender toda a sociedade, e não uma pequena parcela dela.

E os planos diretores não só abarcam as cidades, podem também abarcar bairros específicos, um belo exemplo disso são os planos diretores das Cidades Universitárias. No Brasil, as cidades universitárias correspondem a bairros – ou parte deles - de uma cidade, onde concentram-se importantes atividades acadêmicas, bem como sediam uma importante universidade. Como a Cidade Universitária Armando de Salles (CUASO, que sedia a Universidade de São Paulo (USP) e o bairro Cidade Universitária, na Ilha do Fundão²³, que sedia a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ambas as cidades, tem planos diretores. Segundo a Superintendência do Espaço Físico (SEF), da USP, o plano diretor é um importante instrumento para “o ordenamento da ocupação, crescimento, funcionamento e fluxos no campus, da preservação da qualidade ambiental e da proteção dos edifícios de interesse histórico e arquitetônico”. Mas afinal o que esses planos têm em comum com as cidades, quais são suas especificidades?

As cidades universitárias funcionam de fato como pequenas cidades, elas têm prefeituras, suas próprias vias, seus próprios habitantes, seus próprios serviços e dependendo da sua magnitude, sua própria produção de energia. Também é possível perceber que essas cidades são setorizadas pelas suas áreas de conhecimento, criando espécies de “bairros” dentro

²³ O bairro localiza-se na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

delas, um “bairro” para as engenharias, um para as humanas, e assim em diante. Quando olhamos para os seus planos diretores, identificamos similaridades com os planos de cidades de fato, semelhanças essas que vão desde a participação da comunidade no planejamento, até a revisão desse plano de dez em dez anos. Outra importante semelhança está no caráter da ocupação do solo, onde existem espaços destinados a construção de novos edifícios, bem como espaços a serem preservados, protegendo não só os aspectos ambientais, mas também os históricos. Sendo assim, discutiremos no capítulo II como se deu a institucionalização dessas Cidades Universitárias, bem como as categorizações e diretrizes utilizadas para a elaboração dos seus planos diretores

**CAPÍTULO II – AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS E OS SEUS PLANOS
DIRETORES**

2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, A ILHA DO FUNDÃO E O SEU PLANO DIRETOR

2.1.1 Breve histórico da UFRJ

Criada no dia 7 de setembro de 1920, por meio do decreto nº 14.343, a até então Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi a primeira Universidade a ser fundada pelo Governo Federal, constituída de vários outros institutos e escolas. Em 1937 através da Lei nº 452 passou-se a se chamar Universidade do Brasil (UB), incorporando ainda mais institutos existentes. Nessa mesma a Comissão de Estudos do Plano da Universidade (CEPU), já elaborava planos para a construção da futura cidade universitária, a comissão viria a convidar arquitetos europeus e brasileiros para a elaboração dos planos, sendo os mais notáveis o : 1) O projeto proposto pelo arquiteto francês Alfred Hubert Donate Agache, em 1930, que previa a construção de uma cidade universitária nos terrenos da praia vermelha, no bairro da Urca; 2) O projeto de 1936, do arquiteto brasileiro Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima Costa, propunha a construção da cidade universitária sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas, no bairro Lagoa; 3) E os projetos tanto do arquiteto suíço-francês Le Corbusier, quanto do arquiteto italiano Marcello Piacentini, para o terreno da Quinta da Boa Vista, no bairro Imperial de São Cristovão. E mesmo que esses projetos não tivessem dado origem a cidade universitária da UFRJ como conhecemos hoje, dois deles foram usados de base para a construção de campus e outros edifícios para a universidade, como é o caso do Campus da Praia Vermelha e do Museu e Biblioteca nacional, ambos localizados no parque Quinta da Boa Vista (Herklotz, 2023).

Em 1944, com a extinção da CEPU, cria-se o Escritório Técnico da Cidade Universitária Universidade do Brasil (ETUB), encarregado pela elaboração e execução do projeto. Sendo assim o ETUB, a partir do aterramento de 9 (nove) ilhas próximas ao Complexo da Mare construiu-se a Ilha do Fundão, local utilizado para a construção da Cidade Universitária. Em 1949, sob o comando do arquiteto brasileiro Jorge Machado Moreira – que também elaboraria o plano geral da cidade universitária, preservando ideais e elementos dos projetos já citado –, iniciam-se as construções do Campus (Herklotz, 2023).

Na imagem área abaixo podemos ver o pequeno arquipélago que se formava a micro-baía de Inhaúma, formada pelas ilhas de Cabras, Baiacu, Catalão, Pindaí da França, Pindai do Ferreira, Bom Jesus, Sapucaia, Pinheiro e Fundão – a maior ilha antes do aterramento:

Fotografia 4 - As ilhas antes dos aterramentos



Fonte: ETUB/UFRJ.

Fotografia 5 - A ilha do fundão hoje em dia



Fonte: PR6/UFRJ.

Hoje a Cidade Universitária é um bairro na cidade do Rio de Janeiro, concentrando importantes edifícios da Universidade, assim como parques tecnológicos, estações de geração de energia, de tratamento de esgoto e até mesmo vilas onde vivem a comunidade interna e externa, que oferecem diversos serviços ao bairro. Desde o início de sua construção, a Ilha do

Fundão contou com 2 (dois) planos diretores, o primeiro plano diretor, estabelecido em 2008, o Plano Diretor 2020 – dividido em três etapas (2012, 2016 e 2020), e o plano diretor 2030, que será o utilizado para a nossa análise

2.1.2 O plano diretor da Ilha do Fundão

Elaborado pelo Comitê Técnico - criado em conformidade com a Portaria 10.750 de 9 de outubro de 2019 – e em conjunto com estudantes, professores, gestores e técnicos-administrativos, o Plano Diretor de 2030 apresenta diretrizes gerais para todos os campi da UFRJ, assim como apresenta planos de desenvolvimento específico para cada polo. Sendo assim analisaremos somente o título IV do documento, responsável por instituir as diretrizes específicas para o Campus na Ilha do Fundão.

Esse título é estruturado em 8 (oito) capítulos, que nos auxiliam a entender como se dá a gestão e o funcionamento da Cidade Universitária, estabelecendo áreas de preservação, de uso e ocupação do solo, e demais itens que buscam encontrar soluções para os problemas inerentes da ocupação humana.

- Diretrizes

A Cidade Universitária em conta de sua extensão, e condição única de ilha em meio a cidade, carece de diretrizes específicas para além das diretrizes gerais apresentadas pelo plano diretor, são essas:

- Diretrizes de Uso e Ocupação

Essa diretriz busca estabelecer parâmetros de uso e ocupação do solo, respeitando as diretrizes gerais, regularizando as construções existentes, prezando pela preservação e manutenção dessas. Visa também proporcionar maior conforto e permanência de alunos da pós-graduação de outras universidades, de docentes visitantes ou de pesquisadores, busca-se a construção de edifícios em espaços regularizados.

- Diretrizes ambientais e de infraestrutura/Polo para o Meio Ambiente e a Gestão Integrada de Resíduos (Pomars)

Devido à similaridade dos itens, achamos melhor trabalhar com eles juntos, uma vez que seus objetivos encontram-se. Para gerar subsídios a sua preservação, as diretrizes optam pelo desenvolvimento de projetos, que tem como objetivo o levantamento e mapeamento da biodiversidade da Ciduni (Cidade Universitária), em consonância com a execução de projetos já existentes. Ademais, melhorias na infraestrutura da rede elétrica – com um projeto de iluminação pública -, e do saneamento básico são previstas, a fim de impedir a chegada de lixo na orla. Para lidar com os resíduos sólidos, a criação do Pomars vê-se necessária, a fim de impedir que ocorra o manejo inadequado desses – que resultaria em aspectos visuais inconvenientes ou odores –, e de propiciar um ambiente que permita a interlocução entre cooperativas, empresas e projetos acadêmicos voltados a área. E para lidar com os problemas de escoamento de água a fim de prevenir enchentes, alagamentos e deslizamentos se vê a necessidade de um projeto de drenagem pluvial moderno, como as Soluções Baseadas em Natureza (SBN).

- Diretrizes de Mobilidade

Construída em um modelo rodoviarista, fortemente influenciada pelas correntes modernistas de planejamento, a Ciduni enfrenta problemas com a saturação do sistema viário e as grandes distâncias entre os blocos. Para quebrar esse ciclo vicioso, o atual planejamento busca desestimular o uso de automóveis como meio sênior de locomoção, através do incentivo de outros modos de transporte e de modificações na estrutura, com foco no Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (Dots), que baseia-se em: a) Caminhar: criar áreas de convergências que estimulem o deslocamento a pé; b) Pedalar: criar redes densas de ruas e caminhos; c) Transporte Público: prover acessos aos sistemas de transporte coletivo de qualidade, confiáveis e integrados entre o Campus, a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana; d) Misturar: estimular a mistura de uso do solo nas áreas de convergência; e) Adensar: otimizar a densidade de ocupação de forma correspondente à capacidade do transporte coletivo; f) Compactar: reestruturar as áreas do campus para encurtar viagens; g) Mudar: aumentar a mobilidade, regulamentando o uso de estacionamentos existentes (priorizando alternativas quanto à criação de novas áreas para essa finalidade) e de vias públicas por veículos

individuais motorizados²⁴. Considerando também o transporte hidroviário, conectando a Ciduni com diversas localidades, a tecnologia maglev – trens de levitação magnética – para o deslocamento interno e a reestruturação do sistema de bicicletas, adequando-se as questões ambientais e de segurança dos usuários na rede de ciclovias.

- Diretrizes de Preservação do Patrimônio

A última diretriz tem como objetivo proteger o patrimônio cultural existentes da Ciduni, através do desenvolvimento de atividades de extensão que buscam criar apreço à cultura local, do fomento e da revitalização dos espaços culturais e projetos como núcleos de memória, centros de investigação e pontos de cultura dentro da Ciduni.

- Faixa de Amortecimento

Composta por importantes ecossistemas como praias, manguezais, restingas e áreas de conservação florestal, que devem ser protegidos das ações antrópicas, a Ciduni planeja a construção de uma faixa de amortecimento. Na área da faixa as atividades serão limitadas a aquelas de interesse social ou de baixo impacto ambiental, como indica a Lei Federal de Proteção a Vegetação Nativa – nº 12.651/2012. Os edifícios construídos anteriormente na faixa de amortecimento poderão permanecer, sendo desencorajada a construção de novos edifícios permanentes.

- Parque da Orla

Seguindo o projeto desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e pelo Escritório Técnico, prevê-se a construção de um parque na orla leste da Ciduni. Sendo um local de beleza cênica única, e propício a atividades voltadas ao lazer e aos esportes, o parque da orla – que é voltado para a Baía de Guanabara –, tem um grande potencial social, ambiental e econômico, a criação do parque da orla beneficiária não só os estudantes das escolas próximas, bem como criaria possibilidades de trabalho na área, para pescadores, restaurantes, entre outros serviços.

²⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Vb9Tx7ObRxjuYtVEa-WeZpCcY_q5S1-z/view. Acesso em: 22 set. 2025.

- Estrutura Viária

Com o intuito de desestimular o tráfego de passagem e as altas velocidades dentro da Ciduni. Planeja-se a capilarização da malha viária, permitindo acesso a pontos pouco acessíveis, facilitando a manutenção e a limpeza de ecossistemas, ampliando as rotas de ronda e segurança. Também propõe a reestruturação do sistema viário, hierarquizando-o em: a) **Vias principais** – Onde predominam-se fluxos de passagem de veículos, atendendo grandes deslocamentos, sem controle de acesso; b) **Vias secundárias** – que ligam duas vias principais, vias principais a secundárias ou vias principais a terciárias; c) **Vias terciárias** – que ligam vias principais a vias de orla; d) **Vias de orla** – vias que definem o limite entre as unidades territoriais de Gestão e a orla, onde o fluxo é restrito a pedestres e a veículos autorizados.

- Unidades Territoriais de Gestão (UTGs)

A Ciduni divide-se em 9 (nove) tipos de Unidades Territoriais de Gestão, que como o próprio nome sugere são espaços que compartilham as mesmas características, possibilitando que a gestão seja conjunta, são essas áreas: I) **Edificações tombadas**: São aquelas áreas nas quais localizam-se edificações modernistas tombadas; II) **Usos consolidados**: Unidades composta por zonas adensadas, com quadras de grandes dimensões – grandes complexos de blocos - e de pequenas dimensões – com serviços destinados a apoio; III) **Usos em consolidação**: Unidades que ainda apresentam potencial de adensamento, sendo destinadas a eventuais expansões; IV) **Conservação Ambiental 1**: Áreas de preservação permanentes na orla da Ciduni e outras áreas não edificadas contíguas entre as APPs e os espaços urbanizados da ilha; V) **Conservação Ambiental 2**: Áreas dentro da faixa de amortecimento com edificações e infraestrutura urbana em atividade; VI) **Transição para o Parque**: Unidades ainda não ocupadas ou ocupadas por usos compatíveis com os previstos para a faixa de amortecimento – *vide* item 5.2.2; VII) **Sistema Viário**: Composta por canteiros viários, espaços compreendidos entre vias, e por seus respectivos passeios e canteiros laterais; VIII) **Parque Tecnológico**: Ocupada por empresas no modelo de cessão de uso pela UFRJ; IX) **Vila Residencial**: Unidade caracterizada pela predominância do uso residencial, que deverá ser definida como Zona de Especial Interesse Social.

Cada uma dessas UTGs é composta não só por unidades acadêmicas, mas também por infraestrutura de comércio e serviço, que devem poder serem percorridas a pé, ao longo de caminhos onde instalam-se os equipamentos de apoio e, que funcionam como centros de

convergência e de encontro.

- Parâmetros urbanos de afastamentos e de uso, taxa de ocupação gabarito e taxa de permeabilidade

As áreas de afastamento frontal são aquelas entre o sistema viário e as UTGs, destinadas a construção de calçadas, ciclovias, canteiros, arborização e infraestrutura. As UTGs também são divididas em setores, para quais aplicam-se parâmetros urbanos distintos, sendo esses: a) Setor de Conservação Ambiental 1: setor com ocupação não permitida, salvo para apoio às atividades de proteção e controle ambiental; b) Setor de Conservação Ambiental 2: permitida a ocupação de baixa densidade, desde que adequada às características do setor; c) Setor Área de Transição: destinado a transição entre setores de proteção Ambiental e os demais setores; d) Setor de Atividades de Interesse Público: setor de atividades exercidas por instituições dos governos municipais, estaduais ou federal em equipamentos públicos; e) Setor de Pesquisa e Desenvolvimento com características industriais: atividades industriais de impacto compatível com os demais usos urbanos, inclusive residencial; f) Setor Residencial: composto pela Vila Residencial; g) Setor Parque Tecnológico: normativas estipuladas pelo próprio Parque Tecnológico.

- Considerações

Ao analisarmos o plano diretor da Cidade Universitária são notórios os esforços em proteger e reformar as edificações já existentes, a fim de aproveitar ao máximo o plano de edificação original. Em contrapartida vemos que planeja-se abandonar a estrutura viária que há muito atente somente aqueles que tem automóveis, buscando alternativas de transporte coletivo ou individual ecologicamente sustentáveis de baixa ou nenhuma emissão de carbono. E a partir disso podemos identificar o forte compromisso em preservar o meio ambiente, e buscar alternativas de mitigação para os efeitos das mudanças climáticas, com faixas de amortecimento, áreas de preservação ambiental e parques, que não só buscam criar áreas de conscientização ambiental, mas também almejam fomentar o comércio local e conectar cada vez mais a cidade universitária com a comunidade externa. Para além, a oferta de serviços essenciais permite que os estudantes, servidores e professores possam ficar o dia todo dentro da Universidade, e aqueles que residem dentro da Ilha não precisam sair dela para buscar esses serviços.

2.2 A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, A CUASO E O SEU PLANO DIRETOR

2.2.1 Breve histórico da CUASO

Criada no dia 25 de janeiro de 1934, a partir do decreto nº 6.283, e da união de diversos outros institutos e escolas, a Universidade de São Paulo (USP) dá início a sua história com o compromisso de: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. Hoje, 91 (noventa e um) anos após a sua fundação, a Universidade de São Paulo, instituição estadual pública de Ensino, é a maior e mais importante instituição de Ensino Superior do Brasil, sendo responsável por 20% de toda a produção científica do país²⁵, também é a Universidade mais importante da América Latina. A IES conta com diversos campi espalhados pelo estado, sendo o principal localizado na cidade de São Paulo, o Campus Capital-Butantã, onde está a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO), que é um dos focos deste capítulo. O início da sua idealização se dá em 1935, quando o governador do estado – que mais tarde seria homenageado dando o nome à cidade universitária – nomeou uma comissão para estudar a melhor localização dessa cidade. Já a sua criação oficializou-se em 1941, quando a cidade é criada a partir da antiga Fazenda de Butantan, no bairro de mesmo nome, as margens do Rio Pinheiros. Três anos depois, em 1944 criou-se a Comissão de Construção da Cidade Universitária, responsável por elaborar os projetos de construção e expansão de prédios no Campus. A partir desse período a CUASO passaria por 4 (quatro) importantes fases de construção: A primeira fase de 1951 a 1953, 3 (três) anos depois do fim desta fase, o então Governador Jânio Quadros nomearia a cidade universitária de “Armando de Salles Oliveira; A Segunda Fase de 1960 a 1963, foi durante esta fase que foi criado o fundo para a construção da cidade universitária, o que propiciou amplas construções e desenvolvimento; A Terceira Fase de 1969 a 1973 e a quarta, e a fase final de 1988 e 1991²⁶.

Fotografia 6 - A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira em seu início

²⁵ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **Institucional**. São Paulo, 2025. Disponível em: [A USP – USP – Universidade de São Paulo](#). Acesso em 11 ago. 2025.

²⁶ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **Institucional**. São Paulo, 2025. Disponível em: [A USP – USP – Universidade de São Paulo](#). Acesso em 14 ago. 2025.



Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prefeitura do Campus da Capital. *História da CUASO*. São Paulo: USP, [2025?]. Disponível em: <https://puspcb.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 9 set. 2025.

E nessa última fase, com o financiamento do programa USP-BID²⁷ que possibilitou que 135.000 m² fossem construídos, surgiu a preocupação de que com o crescimento desregulado da Cidade Universitária poderia gerar “dispersão de investimentos, aumento da complexidade administrativa e da ociosidade de instalações e equipamentos, além da disparidade na alocação de recursos”²⁸. E a partir dessa preocupação cria-se o primeiro Plano Diretor da Universidade de São Paulo, em 1994, sendo ele “O instrumento adequado para o gerenciamento, controle e monitoramento da estrutura física do Campus é o Plano Físico Diretor entendido não como um produto acabado, mas como um processo, cuja linha mestra é um conjunto de normas e procedimentos para a implementação das obras necessárias.”, esse trecho do plano diretor de 1994, reforça aquilo que já discutimos no capítulo anterior sobre os planos e o seu caráter mutável.

Fotografia 7 - A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira hoje

²⁷ O USP-BID em questão foi um financiamento concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e vinculado a investimentos do governo do Estado de São Paulo.

²⁸ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão do Plano Diretor. *Plano físico diretor da CUASO*. São Paulo: USP, 1994. Disponível em: <https://planodiretor.cb.usp.br/wp-content/uploads/sites/1354/2023/10/1994-Plano-Fisico-Diretor-da-CUASO-1994.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.



Fonte: LabCidade/USP.

Desde o primeiro no início da década de 90, a CUASO contou com mais quatro planos diretores, o segundo em 1998, o terceiro em 2001, o quarto em 2013 e o último – até então – em 2025. Sendo esse o responsável por guiar a nossa atual discussão, entendo as suas diretrizes, os seus objetivos e as categorizações utilizadas para a caracterização da Cidade Universitária.

2.2.2 O plano diretor da CUASO

Aprovado pela Conselho Universitário no dia 18 de março de 2025, e sob o parecer da Comissão de Legislação de Recursos (CLR), o Plano Diretor Participativo do Campus Capital-Butantã, foi elaborado de forma participativa com a comunidade da USP, seguindo princípios de sustentabilidade ambiental e social, comprometendo-se a buscar alternativas que mitiguem a emergência climática e a buscar melhoria da qualidade de vida dos usuários do Campus. Como indica o título I (Disposições gerais) do Plano Diretor, esse tem como objetivo pelos próximos 10 (dez) anos: I. Assegurar que as atividades fim da Universidade possam ser realizadas de maneira plena, segura e confortável em suas instalações; II. Estabelecer diretrizes de ocupação do território e destinação dos espaços livres de forma a assegurar infraestrutura e espaços adequados para as atividades fim, assim como para usos de apoio e espaços de convivência; III. Propor diretrizes para melhoria das condições de acesso ao Campus e circulação interna; IV. Propor diretrizes para a preservação do patrimônio cultural e ambiental do Campus; V. Reconhecer o Campus como laboratório vivo para o ensino, pesquisa e extensão; VI. Estabelecer as diretrizes para o planejamento, gestão e operação das infraestruturas do Campus.

Frente a isso e ao que vimos na análise do plano diretor anterior, é notório que a proposição e o estabelecimento de diretrizes guiam os planos diretores, sendo essas diretrizes essenciais para a compreensão do funcionamento das cidades universitárias.

Estruturado em 9 (nove) títulos, que desdobram-se em variados capítulos, o plano diretor estabelece essas diretrizes para diversos aspectos da Cidade Universitária, que serão trabalhados a seguir, respeitando os nomes dos títulos originais do plano diretor.

- Título II – Caminhos e encontros

Dividindo-se em 3 (três) capítulos: I – Acesso ao Campus; II – Circulação Interna; III – Intervenção na rede viária. Esse item busca resolver as questões internas e externas relacionadas ao tráfego, em conformidade com a Lei Nacional 12.587/2012.

No capítulo I (Acesso ao Campus) as diretrizes buscam estabelecer políticas de incentivo e trabalho em conjunto tanto com a prefeitura Municipal, quanto com instituições privadas, que garantam as mais variadas alternativas para que a comunidade tenha acesso à cidade universitária, seja pelo incentivo ao uso de bicicletas, garantindo novas alternativas de rotas mais seguras e acessíveis. Ou pelos esforços em oferecer transporte coletivo gratuito para a comunidade uspiana, trazendo novas linhas de ônibus para dentro do Campus, adequando-as a demandas da mobilidade, acessibilidade e eficiência e prevendo a construção de novas alternativas de transporte coletivo, como a instalação de uma nova linha de metrô dentro da cidade universitária.

Já no capítulo II (Circulação interna), são estabelecidas diretrizes que visam ampliar e melhorar a infraestrutura do Campus, por meio da ampliação e manutenção da rede de iluminação, da criação de trajetos cobertos para que os pedestres e ciclistas circulem até mesmo em condições climáticas adversas, da disponibilização de bicicletas gratuitas para a locomoção interna, e do respeito a acessibilidade e a arborização na cidade universitária. Ainda nesse capítulo, estabelecem-se três tipos de caminhos de circulação, sendo esses: **Tipo I** – devem ter iluminação, cobertura arbórea ou construída, pavimento padronizado e, sempre que possível, a largura de 5 (cinco) metros, permitindo a circulação de pedestres e ciclistas de forma segura; **Tipo II** – devem ter iluminação, cobertura arbórea onde couber, pavimento padronizado e, sempre que possível, a largura de 3 (três) metros, exclusivo para pedestres; **Tipo III** – devem ter iluminação, cobertura arbórea onde couber, pavimento padronizado e, sempre que possível, a largura de 2 (dois) metros, exclusivo para pedestres. Ao estabelecer modelos de caminhos de circulação, se garante que as diretrizes supracitadas, sejam respeitadas, assim assegurando que

os objetivos do plano diretor sejam alcançados.

Por fim, o capítulo III (Intervenção na rede viária), além de hierarquizar as vias internas em: a) **Vias arteriais** – Vias de pista dupla que cortam a universidade, conectando-a com os bairros ao redor; b) *Vias coletoras* – Vias de mão dupla que conectam as vias arteriais aos blocos; c) *Vias locais* – todas as vias que não se encaixam dentro das categorias anteriores, uma via que conecta um bloco a outro bloco por exemplo. O capítulo também busca reduzir a velocidade dentro do Campus e desestimular a passagem de tráfego – motoristas que usam do campus como um atalho -, proporcionando assim maior segurança aos pedestres e ciclistas, tornando-os junto ao transporte coletivo, prioridade.

- Título III – Ambiência e Patrimônio Cultural

Composto por apenas um capítulo de mesmo nome, este título busca garantir a preservação e a manutenção do patrimônio cultural material, imaterial, paisagístico e ambiental do Campus. Estabelecendo diretrizes para os edifícios, guiando-se pelo estado de conservação, importância histórica e simbólico do imóvel, sendo essas: I – Edifícios tombados; II – edifícios tombados com prioridade de restauro; III – edifícios em projetos e obras; IV – edifícios a requalificar, restaurar e substituir. E todas as intervenções sobre esses prédios devem seguir os princípios da economia circular, da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preservando as características arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, patrimoniais e ambientais do Campus. Por fim, a preservação de “visadas” – nada mais que a relação entre os edifícios e a paisagem – também é prevista, impedindo que elementos diversos a desconfigurem.

- Título IV – Áreas verdes e campus parque multiespécies

Estruturado em 3 (três) capítulos: I – Áreas Verdes e Fauna; II – Sistemas de drenagem diante das mudanças climáticas; III – Campus Parque. Essa subseção compromete-se com a proteção ambiental do campus, com as medidas de mitigação frente a situações climáticas extremas e, com a garantia de lazer, cultura e esporte entre a comunidade externa e interna na cidade universitária.

No primeiro capítulo (Áreas Verdes e Fauna), prevê-se a elaboração de um plano de arborização urbana para o Campus, que tem por fim promover a proteção ambiental, controlando as espécies exóticas invasoras, inventariar as espécies arbóreas, fornecendo assim

dados para o manejo adequado das espécies e promover as estratégias de conservação, manutenção, requalificação e monitoramento das áreas verdes. A implementação de corredores ecológicos e de sinalização adequada, que visam garantir o fluxo gênico e o deslocamento seguros das espécies, são igualmente previstos. Para além, a promoção de campanhas de conscientização contra o abandono de animais domésticos dentro das dependências da universidade é incentivada.

O capítulo seguinte (Sistemas de drenagem diante das mudanças climáticas) é fortemente guiado pelos princípios de mitigar os impactos causados pelas mudanças climáticas e por situações climáticas extremas, como as inundações e alagamentos. Vemos a proposição de soluções baseadas em natureza (SBN), para a adaptação dos sistemas de drenagem, essas que incluem biovaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, lagos pluviais, escadas hidráulicas e pisos permeáveis. A renaturalização de nascentes e o estímulo para que a comunidade adapte-se a conviver próximo de corpos d'água também são propostas do capítulo.

E no último capítulo (Campus parque), delimita-se o perímetro e os horários a serem dedicados ao Campus Parque, sem prejuízo as atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão, ou as necessidades de silêncio da residência estudantil e as condições de acesso e circulação. Nesse perímetro deverão conter circuitos de caminhadas por trilhas e jardins, que terão como intuito a promoção da educação e conscientização ambiental, e circuitos de visitação a museus, acervos, e a edifícios históricos e/ou de valor arquitetônico. E em toda a área dedicada ao Campus Parque, deverão ser instalados centros de convivência, espaços voltados ao público infantil, pontos de alimentação e demais serviços essenciais para a permanência, bem como a adoção de medidas de proteção patrimonial, salvaguardando o acervo e protegendo usuários.

- Título V – Zoneamento interno

Dedicado a estabelecer zonas de ocupação, uma rede de espaços de convivência e o oferecimento de serviços, este título está organizado em 3 (três) capítulos, sendo esses: I – Zoneamento Interno; II – Redes de espaços de convivência; III – Urbanidade do Campus.

O capítulo I desse plano, assim como o item UTGs do Plano da UFRJ são de extrema importância para o nosso trabalho, uma vez que eles definem zoneamentos para o uso e ocupação do solo, esse zoneamento é dividido em três formas: a) **Zona Consolidada**: Compreende as áreas edificadas - e áreas onde há planejamento de novas construções-, o sistema viário arterial e vias coletoras, as áreas não edificantes, as áreas de proteção ambiental e reservas Florestais e Ecológicas; b) **Zona Livre**: Essa é o conjunto de todas as áreas

remanescentes não edificadas, cuja sua função destinasse ao interesse coletivo, como corredores ecológicos, áreas de convivência – ou para implementação de espaços de convivência -, eventos temporários como feiras, ou áreas destinadas a expansão dos edifícios já existentes, ou para a construção de apoio (estacionamentos); c) **Zonas Especiais**: São perímetros destinados também a atividades específicas - como o Campus parque -, mas primordialmente são áreas que necessitam de projetos de requalificação, preservando as matas existentes, restaurando as nascentes e cursos d'água ou restaurando/substituindo os edifícios para que atendam as necessidades de infraestrutura – e consequentemente da comunidade –, de modo não prejudicial ao interesse público, prezando pela eficiência.

Fortemente relacionado com a Zona Livre, o capítulo II (Rede de espaços de convivência) estabelece a distribuição desses espaços destinados a convivência, bem como estipula dois modelos para os centros de convivência, sendo esses: **Centro de Convivência 1 (C1)**: áreas descobertas, preferencialmente com bancos, lixeiras, paraciclos, oferecendo um local para descanso e socialização ao ar livre; **Centro de Convivência 2 (C2)**: áreas cobertas, necessariamente com bancos, lixeiras, paraciclos, sanitários, bebedouros, wi-fi e onde couber, apoio ao ciclista, pontos de alimentação temporários, pequeno comércio, redário e outros.

E complementando os demais capítulos, o item III (Urbanidade do Campus) tem como objetivo propiciar as melhores condições para as atividades fim da Universidade, e para aqueles estudantes que residem na USP. Para isso busca garantir o acesso da comunidade aos serviços de comércio de apoio cotidiano – como padarias, restaurantes, agências bancárias e até óticas -, distribuindo-os em diversos locais.

- Título VI – Campus e Cidade

Estando localizada em uma Zona de Ocupação Especial (ZOE) – porções do território destinados a atividades únicas, que necessitam de disciplina especial de uso e ocupação do solo²⁹ – a cidade universitária busca através deste título propor maneiras para integrar-se da melhor forma com os bairros e instituições que a circundam, visando o desenvolvimento e preservação ambiental da área. Reconhecendo a carência da formulação de um Plano de Intervenção Urbanística (PIU), sendo a USP responsável por formalizar a cooperação com as instituições vizinhas, como Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), Instituto Butantã, entre outros, para que a formulação desse seja possível.

²⁹ SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. *Revisão da Lei de Zoneamento*. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento/dicionario>. Acesso em: 21 set. 2025.

Diferentemente da grande maioria dos títulos, este possui apenas um pequeno capítulo, que dispõe sobre o uso do campus por terceiros, definindo diretrizes para que o uso do espaço público não prejudique as metas do plano diretor, bem como estipula que atividades comerciais só podem existir mediante editais de licitação.

- Título VII – Infraestrutura e Serviços

Totalizando 7 (sete) capítulos: I – Resíduos sólidos: Redução de riscos e adequações à normativas vigentes; II – Valorização de resíduos e ampliação de circularidade; III – Uso Racional e Eficiente de recursos energéticos; IV – Redução de Emissão de Gases de efeito estufa; V – Sistema de Conectividade e comunicação; VI – Transformações no consumo de água e sistema de esgotamento; VII – Sistema de Banco de dados Georreferenciados. É o título mais extenso, entre os seus setes capítulos busca apresentar diretrizes para a modernização das infraestruturas do Campus, com fim de cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), enfrentar a emergência climática e buscar a sustentabilidade ambiental.

Tanto o cap. I, II, III, IV, V e VI apresentam diretrizes para o aprimoramento, eficiência e sustentabilidade dos serviços essenciais da cidade universitária – saneamento básico, fornecimento de energia e de internet-, propondo novas técnicas para o manejo de resíduos sólidos, novas alternativas para o aproveitamento da água pluvial, assim como seu reuso. E garantindo o uso eficiente e sustentável da energia elétrica, assim como a ampliação da geração de energia fotovoltaica e do sistema responsável pelo fornecimento de internet, comprometendo-se com a descarbonização, reduzindo ao máximo a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Já o capítulo VII estabelece diretrizes para a constituição de um sistema de banco de dados Georreferenciados, o GeoCampus, que integra os dados referentes a: a) população usuária do campus; b) trânsito e mobilidade; c) acompanhamento de frequências de ônibus e demais fluxos de mobilidade; d) edificações; e) manutenção e obras; f) fauna e flora; g) resíduos sólidos; h) energia, iluminação pública e comunicação; i) emissões de gases GEE; j) alimentação; k) abastecimento de água; l) esgotamento sanitário e drenagem. Permitindo assim que indicadores que auxiliem no contínuo planejamento, avaliação e monitoramento das metas estabelecidas no plano diretor sejam gerados, sendo esses disponibilizados para pesquisadores e docentes, possibilitando a pesquisa contínua de diversos temas.

- Título VIII – Planos Diretores das Unidades

Assim como a cidade universitária como um todo, as suas respectivas unidades e órgãos devem elaborar um plano diretor – nesse caso planos diretores de unidades (PDUs) – respeitando as diretrizes do Plano Diretor da Cidade Universitária. Eles poderão ser elaborados em conjunto com outras unidades – expressando as necessidades acadêmicas e respeitando o regramento de edifícios - para atender um interesse em comum, sempre prezando pela racionalização e requalificação dos espaços existentes, ampliando e construindo novas edificações quando estritamente necessário.

- Título IX – Disposições Finais e Transitórias

Ao fim do documento, o último título discute as questões formais da transição, sendo o Conselho Gestor do Campus Capital-Butantã o responsável por atribuir as responsabilidades aos órgãos competentes para a implementação do Plano Diretor, a definição de prazos específicos para a realização dos planos previsto no presente plano diretor – sejam eles os de unidades, de manejo ambiental, mobilidade urbana etc. – e para o levantamento de dados para o sistema GeoCampus. Assim como define que o Plano Diretor deve ser avaliado de forma participativa 5 (cinco) anos após o início da sua vigência.

- Considerações

Assim como o da Ilha do Fundão, o plano diretor da CUASO busca igualmente preservar e readequar as edificações já construídas. Igualmente busca dar prioridade aos alunos que locomovem-se pelo campus a pé ou de bicicleta, e o plano diretor faz isso de modo exímio ao estipular modelos de vias cobertas e bem espaçadas, com tráfego exclusivo para pedestres e ciclistas. E seja pelo tempo histórico ou por ser um espaço de importante debate, as preocupações com as mudanças climáticas são visíveis no plano diretor, que propõe diversas maneiras de mitigar as situações que podem ser causados por essas mudanças, assim como busca preservar a fauna e a flora do lugar, prevendo corredores ecológicos que garantam a segurança desses.

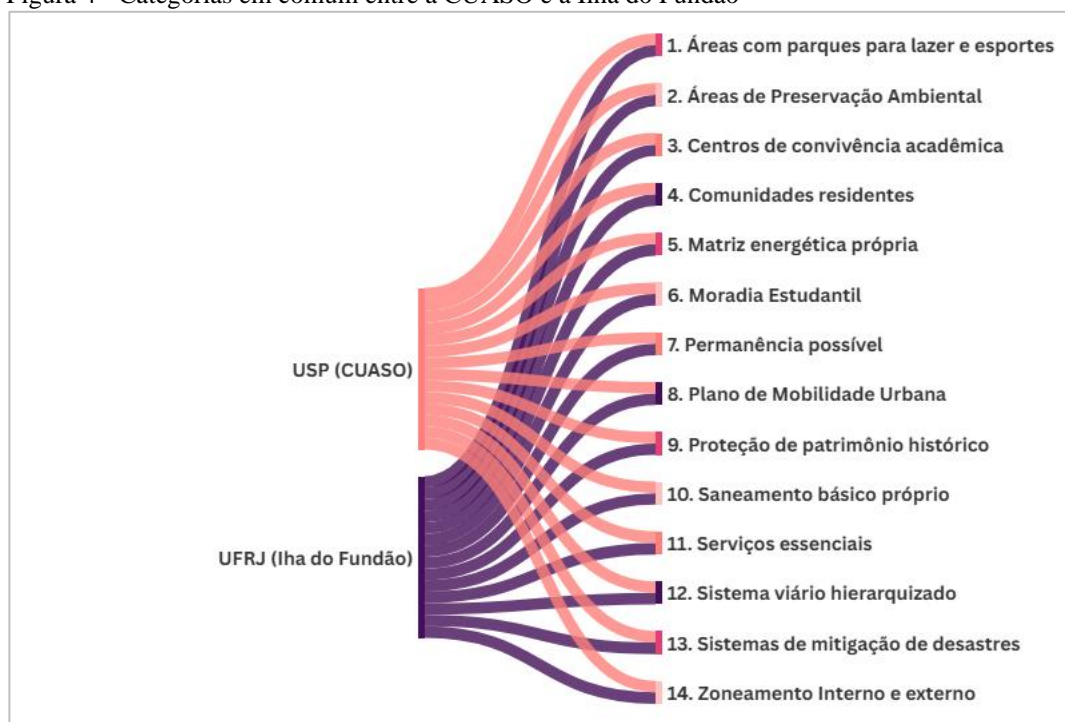
Ademais, identificamos um importante princípio no plano diretor da CUASO, a permanência dos universitários, docentes e servidores dentro da Cidade Universitária, oferecendo serviços essenciais como agências bancárias, mercados, padarias e restaurantes, o

que acaba possibilitando que aqueles que estudam ou vivem na CUASO não precisem sair do bairro para atender suas necessidades básicas. Isso somado a geração de energia própria e capacidade de lidar com seus próprios resíduos sólidos, vemos que a Cidade Universitária funciona como uma minicidade.

2.3 SIMILARIDADES ENTRE O PLANO DIRETOR DA UFRJ (ILHA DO FUNDÃO) E DA USP (CUASO)

Apesar de estarem localizadas em áreas diferentes, com suas respectivas peculiaridades – uma está em uma ilha, outra no coração da maior cidade do país –, tanto a Ilha do Fundão (UFRJ), quanto a CUASO (USP) compartilham características únicas, categorizando-as somos capazes de entender o que define uma cidade universitária, para auxiliar na visualização dessas semelhanças, utilizaremos a seguinte representação:

Figura 4 - Categorias em comum entre a CUASO e a Ilha do Fundão



Fonte: A autora (2025).

Observamos acima 14 (quatorze) categorias que identificamos em ambas as cidades universitárias. São essas que permitem que as cidades funcionem como sistemas estáveis, capazes de lidar com suas próprias demandas energéticas e de saneamento básico. E que garantem a permanência daqueles que estão dentro delas, sejam aqueles que estudam e/ou que

moram ali. Assim como permitem que a gestão seja feita de modo eficaz e, que o crescimento seja ordenado e planejado, buscando sempre atender primordialmente as demandas da comunidade interna, contemplando também a externa. Para além, com essas características as cidades universitárias tornam-se importantes centros culturais, de preservação, conscientização e recreação das cidades que as sediam.

Os dois primeiros itens da figura “Áreas com parques para lazer e esporte” e “Áreas de preservação ambientais”, são recorrentemente trabalhados nos planos diretores de ambas as universidades. Essas áreas como já citado anteriormente demonstram enorme potencial para a realização de eventos para a comunidade interna e externa, bem como criam importantes zonas de conservação, dos corpos hídricos, da fauna e da flora. E junto ao item 13 “Sistemas de mitigação de desastres”, possibilita a criação de novas áreas que além de ajudarem na mitigação de eventuais desastres, cria espaços de lazer e de valor estético, como jardins de chuva, parques lineares e tetos verdes.

O item 3 “Centros de convivência acadêmica” também aparece em ambos os planos, mesmo que com maior presença no da CUASO. São esses “centros”, espaços onde acadêmicos dos mais variados cursos podem se reunir, não apenas para estudar – como é o caso das bibliotecas –, mas também para socializar, promover eventos culturais como sarais, rodas de conversa, de rima ou de rap. Nesses espaços, serviços essenciais como bebedouros, cobertura de internet, tomadas e cadeiras são indispensáveis, a fim de garantir que os discentes fora do horário de aula tenham um lugar para realizar suas atividades extracurriculares, ou apenas para se distrair. Na UEPG esses espaços são raros, limitando-se apenas aos centros e/ou diretórios acadêmicos – dos quais nem todos os cursos dispõem -, aos corredores dos blocos e a áreas externas.

Já o item 4 “Comunidades residentes” refere-se a aqueles discentes ou membros da comunidade não acadêmica que vivem dentro das cidunís. O segundo caso ocorre apenas na Ilha do Fundão, onde há moradores que não estudam na UFRJ, já na USP a comunidade residente é inteiramente universitária. Este item relaciona-se fortemente com o item 6 “Moradia estudantil”, com o item 7 “Permanência Possível” e com o item 11 “Serviços Essenciais. A existências de moradias fornecidas aos estudantes pela universidade, permite que esses vivam nas dependências das cidades universitárias. Tendo despesas subsidiadas pela própria universidade, como é o caso do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) e o Alojamento Estudantil da UFRJ.

Isso somado ao oferecimento de serviços essenciais destinados a alimentação, como restaurantes, padarias e mercados, tratamento clínicos e até mesmo serviço bancário, como

agências. Torna a permanência dentro das Cidades Universitárias possível, não sendo necessário sair de dentro dela para atender essas demandas básicas.

Os itens 5 e 10 “Matriz energética própria” e “Saneamento Básico próprio”, nos mostram como as cidades universitárias são capazes de lidar com suas próprias demandas, como a geração de energia própria, renovável e sustentável, como um compromisso com a taxa de emissão de carbono zero. E em ambas as cidades observamos a capacidade de manejo e descarte correto dos resíduos sólidos gerados ali dentro.

Abordando a mobilidade dentro do Campus, os itens 8 e 12, “Plano de Mobilidade Urbana” e “Sistema viário hierarquizado”, torna possível que os modos de locomoção dentro das universidades sejam repensados, adaptando-se a realidade dos alunos, dos quais a grande maioria não possui automóveis, e que se locomovem dentro das cidades a pé ou de bicicletas. Garantindo que os fluxos dentro do espaço ocorram de modo natural e ordenado.

Já o item 9 “Proteção do patrimônio histórico” mostram-se necessários uma vez que ambas as cidades universitárias fizeram parte não só do desenvolvimento cultural das regiões que localizam-se, mas também foram de extrema importância para o desenvolvimento nacional.

Por fim, o item 14 “Zoneamento interno e externo” é primaz para que todos os demais itens sejam possíveis, ao setorizar os espaços da universidade, cria-se a possibilidade de gerir as adequadamente, respeitando suas especificidades. Um zoneamento adequado é essencial para que uma cidade universitária funcione sem maiores problemas. E as mesmas localizam-se dentro de Zonas de ocupação especial (ZOE).

2.4 O TRABALHO DE CAMPO NA UEPG

Baseando-se nas categorias já vistas nos planos diretores das duas maiores cidades universitárias do país (CUASO/USP e a Ilha do Fundão/UFRJ). Realizou-se um campo no Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a fim de analisar mais minuciosamente a infraestrutura do Campus e o seu funcionamento. Esse trabalho de campo resultou em diversas fotografias que nos ajudam na compreensão da estrutura da Universidade.

Fotografia 8 - Início e fim da ciclovia³⁰

³⁰ A ciclovia da UEPG tem em torno de 190 metros de extensão, limitando-se apenas a entrada.



Fonte: A autora (2025).

Apesar das bicicletas serem muito utilizadas pelos discentes e pela comunidade externa que usa o Campus para pedalar, a ciclovia é pequena, desgasta e limitada a apenas uma única rua. Os poucos bicicletários que encontramos pelo campus estão deteriorados.

Fotografia 9 - As rotatórias



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 10 - Estacionamento



Fonte: A autora (2025).

As rotatórias e os estacionamentos ocupam uma parte considerável da paisagem universitária, e a malha rodoviária é a principal via de locomoção, e a mais preservada.

Fotografia 11 - Os blocos



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 12 - Serviços essenciais como RU, Biblioteca, Ambulatório e NTI



Fonte: A autora (2025).

As fotos acima demonstram o que focamos no trabalho de campo, como a mobilidade dentro do Campus, no qual podemos identificar que hoje a Universidade preza principalmente pelo deslocamento por automóveis. Resultando em diversas rotatórias, vias rodoviárias que conectam os blocos e estacionamentos numerosos. E na própria organização espacial do Campus, com blocos que compartilham áreas em comum distantes um dos outros, e serviços importantes pouco centralizados. Esses aspectos e outros serão mais bem abordados no capítulo seguinte.

**CAPÍTULO III – A UEPG, SUAS POTENCIALIDADES E SEUS LIMITES A
CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA**

3.1 AS CATEGORIAS ENCONTRADAS NA USP E NA UFRJ APLICADAS AO CAMPUS DA UVARANAS

Mesmo que em diferentes proporções, o Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa demonstra grande potencial para funcionar como uma Cidade Universitária, respeitando e guiando-se a partir das suas peculiaridades, assim como ocorre na CUASO (USP) e na Ilha do Fundão (UFRJ). No entanto, para que isso seja possível, será necessário entendermos quais são essas potencialidades, e o que impede que elas sejam mais bem exploradas.

Antes de tudo é imprescindível dizer que hoje a UEPG não conta com um plano diretor para seus campi, mas sim um planejamento físico. Segundo a PROPLAN/UEPG o planejamento físico é “Responsável pelo processo de idealização, criação e desenvolvimento de soluções que visam melhorar ou revitalizar as áreas de uso da comunidade universitária, tendo como objetivo principal proporcionar aos usuários melhorias na qualidade de vida³¹”. No entanto o que vemos hoje é um constante aumento de estacionamentos, a degradação da flora e prédios cada vez mais deteriorados, que comprometem não só a qualidade de vida da comunidade acadêmica, mas também a qualidade de ensino e de pesquisa.

Já um plano diretor contempla não só a gestão do espaço, mas leva em consideração também as dimensões sociais, econômicas e ambientais da região em que ele será inserido, permitindo que o desenvolvimento seja pleno, ordenado e que contemple a maior quantidade de membros das comunidades, para além de claro respeitar as peculiaridades inerentes de todo e quaisquer espaços geográficos.

Sabendo disso, elencaremos em tópicos as categorias listadas no capítulo II aplicados no Campus da UEPG, a fim de entender as semelhanças e as potencialidades desta Universidade com as Cidades Universitárias já citadas.

- Áreas com parques para lazer e esportes

Áreas que promovam o lazer e a prática de esportes são comuns dentro das cidades Universitárias, pois atraem serviços e fluxos de pessoas, conectando-as aos bairros vizinhos. Essas existem na UEPG, apesar de serem insuficientes e sejam pouco utilizadas – em conta do ambiente hostil criado pela guarda patrimonial, pela dificuldade de acesso e pela estrutura

³¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proplan/>. Acesso em: 15 out. 2025.

pouco preservada desses locais. Mas como uma reforma adequada, divulgação eficiente e preparo da guarda patrimonial, esses ambientes podem e devem vigorar.

Fotografia 13 - Área de lazer trancada



Fonte: A autora (2025).

Com iluminação precária, ambientes sujos, esquecidos e trancados por grades e cadeados montam-se as áreas de lazer da UEPG. Na face norte do Campus, próximo ao bloco G (Seção II), está o que a UEPG chama de “Núcleo do Lazer do Servidor”. E mesmo que ele há muito não seja usado nem pelos servidores, e muito menos pela comunidade, o ambiente demonstra potencial, o mesmo conta com churrasqueiras, banheiros, mesas, quadras de areia para vôlei de praia e cancha de bocha³². Podendo ser um verdadeiro catalisador para aproximar a comunidade externa do Campus, para que passem a olhar para ele com diferentes olhos,

³² Na fotografia a direita podemos ver a cancha, espaço utilizado que se jogue bocha, um esporte semelhante ao boliche.

entendendo-o como um espaço público e usufruindo dele.

Fotografia 14 - Pista de atletismo e arredores (dia/noite)



Fonte: A autora (2025).

Ainda na face norte (Seção II), encontramos a pista de atletismo, um dos espaços mais utilizados pela comunidade externa, para a prática de variados exercícios, mas principalmente para a corrida e a caminhada. Embora esse espaço seja amplamente utilizado tanto pela comunidade externa, quanto pela interna, vemos que o espaço não permite a permanência por muito tempo, uma vez que não existem bebedouros próximos, nem banheiros, e o vestiários que existem ali perto não são de fácil acesso. Ao observarmos a fotografia, ao anoitecer, percebe-se a insuficiente iluminação do local, com um fluxo menor de pessoas, afastada de blocos e longe de guaritas, o espaço se torna uma zona perigosa para aqueles que transitam ali. Colocando em risco não só a integridade física e moral de estudantes, mas também de funcionárias e membros da comunidade externa, sendo as mulheres as mais vulneráveis frente a essas violências que ocorrem nesses espaços³³.

³³ **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.** Segurança de mulheres dentro da universidade é assunto de grande repercussão na UEPG. *Periódico UEPG*, 19 mai. 2025. Disponível em: [segurança](#). Acesso em: 10 out. 2025.

- Áreas de preservação ambiental

Mesmo que hoje elas não existam, a UEPG conta com áreas arborizadas que carecem de proteção e conservação, para que assim a biodiversidade da fauna e da flora que residem no campus sejam protegidas. Essas áreas como o Parque das araucárias na face sul e o Bosque dos Escritores na face norte apresentam espécies nativas que ali habitam. Para além, os cursos de água que existem na face sul do Campus também necessitam de um planejamento que vise conscientizar sobre a sua preservação.

Fotografia 15 - Bosque dos Escritores (acima) e Parque das Araucárias (abaixo)



Fonte: A autora (2025).

Ainda que não haja estruturas que favoreçam a permanência – em uma área de preservação isso pode ser bom, quanto menor a permanência menores as chances de se poluir ou colocar em risco a preservação do local –, esses espaços são utilizados pela comunidade interna e externa como ambientes de descanso e observação principalmente no parque das araucárias, onde a espécie – araucária angustifólia – ameaçada de extinção resiste em meio a crescente urbanização³⁴.

³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Araucárias podem desaparecer da vegetação paranaense até 2100, aponta estudo. *UFPR Notícias*, 17 set. 2025. Disponível em: <https://ufpr.br/araucarias-podem-desaparecer-da-vegetacao-paranaense-ate-2100-aponta-estudo/>. Acesso em: 11 out. 2025.

- Centros de Convivência acadêmica

Entendemos que a experiência universitária está além do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, ela igualmente contempla os processos de socialização indissociáveis da natureza humana. Frente a um mundo cada vez mais conectado, destaca-se a importância de espaços para que discentes reúnam-se e realizem as trocas de experiências e vivências, essenciais não só para a formação de profissionais, mas também para a manutenção do seu próprio bem-estar e a construção de uma rede de apoio, tanto a UFRJ, quanto a USP entendem o papel crucial disso.

No entanto, na UEPG esses espaços são limitados aos corredores e a Biblioteca, o que nos levanta uma problemática, os corredores são locais de passagem, para uma permanência momentânea, já a biblioteca é um espaço destinado ao aprendizado, onde as pessoas buscam silêncio. Frente a isso, é possível que a socialização ocorra plenamente nesses espaços? Não.

Fotografia 16 - Centro de Convivência



Fonte: A autora (2025).

Acima vemos o Centro de Convivência (Seção I), onde encontramos o Museu de Ciências Naturais (MCN), uma agência bancária e o um espaço de convivência. Esse que hoje é nada mais que uma extensão do museu e um espaço esporadicamente utilizado para eventos, e mesmo que nos seus arredores existam mesas e bancos, entendemos que a permanência neles

é igualmente limitada como nos ambientes já citado, devido a ação inevitável do sol ou da chuva.

A falta de espaços dedicados a convivência, desarticula a comunidade acadêmica, prendendo-a a sua própria bolha de vivências. Isso limita e até mesmo impede que movimentos que defendem os interesses acadêmicos – como é o caso do Movimento Estudantil – transmitam suas propostas e angariem pessoas para participar do movimento, com um movimento estudantil desarticulado e enfraquecido, as incongruências dentro do ambiente universitário se acirram cada vez mais.

- Comunidades Residentes

Diferentemente do que acontece na Ilha do Fundão (UFRJ), onde existe uma comunidade residente acadêmica e não acadêmica, aqueles que residem nas dependências do Campus de Uvaranas são exclusivamente estudantes vinculados a UEPG – o mesmo ocorre na CUASO (USP). E isso só é possível graças as políticas de moradia estudantil adotadas por essa. Trabalharemos melhor sobre este assunto nos tópicos a seguir.

- Matriz energética própria

Produzir sua própria energia é um passo extremamente importante para qualquer Cidade Universitária. Além diminuir a dependência do fornecimento elétrico convencional, as cidades buscam maneiras sustentáveis de geração de energia, a CUASO por exemplo conta com 6 (seis) sistemas fotovoltaicos, que garantem uma energia limpa³⁵. O mesmo acontece na Ilha do Fundão, que graças ao projeto Ilha de Policogeração Sustentável (IPS) é capaz não só de gerar energia elétrica, bem como dessalinizar águas e produzir biodiesel³⁶.

Mesmo que sistemas como o IPS não sejam possíveis no Campus da UEPG, existem outros sistemas que são promissores em regiões amplas e planas, que é o que vemos dentro das dependências da Universidade. Como os sistemas fotovoltaicos, que podem também serem instalados em estacionamentos, em postes e principalmente em cima dos edifícios. Com isso a UEPG demonstra grande potencial para que essa prática ocorra dentro do Campus, e somada

³⁵ LIGNON, Lucas. **Transição energética no mundo... e no Campus?** *Jornal do Campus*, São Paulo, 4 nov. 2024. Disponível em: [energia](#). Acesso em: 16 out. 2025.

³⁶ COPPE/UFRJ. **Coppe inaugura Ilha de Policogeração Sustentável.** *Planeta Coppe*, Rio de Janeiro, 23 maio 2022. Disponível em: [IPS](#). Acesso em: 16 out. 2025.

ao programa de eficiência energética da universidade³⁷, garantirá uma universidade mais bem iluminada e segura, e claro, comprometida com a produção sustentável de energia.

Fotografia 17 - Área mal iluminada próximo ao Bloco E (Seção I)



Fonte: A autora (2025).

- Moradia Estudantil

Como uma política de permanência e de acesso ao ensino superior, as moradias estudantis garantem que alunos que vêm de outras cidades, ou que moram distante das suas Universidades possam permanecer dentro das dependências do Campus, com sua estadia sendo custeada pela Universidade. Como já supracitado, a USP tem o CRUSP, e a UFRJ o Alojamento Estudantil, e a UEPG?

Bom, a instituição tem a Casa do Estudante Universitária de Ponta Grossa (CEUP), esquecida no extremo leste do Campus – que como mostrado no mapa 6 (seção III) possui diversos prédios que não funcionam. Segundo o Edital N° 2025.529 de 2025³⁸, 18 (dezoito)

³⁷ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Programa de Eficiência Energética da Copel**. UEPG, Ponta Grossa, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.uepg.br/tag/programa-de-eficiencia-energetica-da-copel>. Acesso em: 16 out. 2025.

³⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Edital – Resultado final da seleção da Casa do Estudante**. *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE*, 2025. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2025/05/Edital-Resultado-final-selecao-Casa-do-Estudante.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

estudantes tentaram adentrar a CEUP, mas somente 2 (dois) foram aceitos, e 4 (quatro) ficaram em lista de espera.

Isso nos mostra que as vagas para a moradia estudantil não só são insuficientes, mas como a política necessita ser revisada a fim de contemplar mais estudantes. Se os prédios abandonados estivessem aptos para o uso, as vagas seriam mais amplas e a qualidade de vida dos moradores seria melhor.

Fotografia 18 - Prédios da CEUP desativados



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 19 - Único prédio da CEUP ativo



Fonte: A autora (2025).

Acima, na fotografia 18 é possível ver os 4 (quatro) prédios originais da CEUP, sendo 2 (dois) alojamentos, 1 (um) refeitório e 1 (uma) lavanderia. Com vidros quebrados, entulhos por toda parte e estrutura comprometida, os prédios tornam-se impossíveis de serem utilizados, carecendo urgentemente de uma reconstrução.

Já na fotografia 19 está o solitário prédio em funcionamento da CEUP. No plano físico do Campus ele deveria funcionar como a administração do local. Mas hoje em um espaço não muito maior que as nossas salas de aula convencionais, esse prédio funciona como alojamento, refeitório e lavanderia.

Fotografia 20 - Caminho da CEUP ao Bloco G



Fonte: A autora (2025).

Ademais, o único caminho que conecta a moradia estudantil com o restante do Campus é pouco iluminado e praticamente deserto, com estradas de terra repletas de buraco, e mesmo que os moradores da CEUP utilizem as bicicletas como principal meio de transporte, não existe uma ciclovia até lá – nem calçadas. Muitos deles preferem se locomover pela área externa do Campus para chegar até lá.

- Permanência Possível/Serviços essenciais

Caracterizamos esses dois tópicos como a possibilidade de viver ou ficar o dia todo dentro da Cidade Universitária e ter todas as suas necessidades básicas atendidas – alimentação, saúde e higiene. Tanto a CUASO, quanto a Ilha do Fundão tem dentro das suas dependências restaurantes, postos de gasolina, padarias, ambulatórios, hospitais, farmácias, serviços odontológicos, duchas, agências bancárias e cobertura de internet de fácil acesso.

Vemos o mesmo acontecer no Campus de Uvaranas, nas suas devidas proporções e com suas peculiaridades. Entretanto isso não impede que acadêmicos cheguem às 7h da manhã e permaneçam no campus até às 20h, sem precisar se retirar das dependências. Uma vez que com o RU eles podem se alimentar no almoço e no jantar – o restaurante também deveria fornecer café da manhã, mas isso não acontece hoje³⁹. Em compensação, existem as baiucas, espaços onde pode-se comprar produtos de conveniência, que acabam cobrindo essa falta café da manhã. Junto aos serviços voltados a alimentação, existem os serviços voltados a área da saúde que também são oferecidos a comunidade universitária. De mesmo modo há ainda atividades que garantem com que os acadêmicos cuidem da sua saúde, utilizando a academia, piscina e como já vimos, uma pista de atletismo. Além de diversos projetos de extensão que promovem a prática de esportes.

Embora a universidade demonstre grande potencial em permitir que a sua comunidade consiga viver ali dentro sem maiores complicações, a expansão desses serviços mostra-se necessária, visando cada vez mais atender todas as demandas.

Fotografia 21 – Baiucas



Fonte: A autora (2025).

³⁹ CORREIA, Leonardo; DIP, Malu. **Café da manhã no RU: inclusão alimentar ainda é desafio na UEPG.** *ELOS*, Ponta Grossa, 8 out. 2025. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/posts/cafe-da-manha-no-ru-inclusao-alimentar-ainda-e-desafio-na-uepg>. Acesso em: 16 out. 2025.

- Plano de Mobilidade Urbana/Sistema viário hierarquizado

Mover-se pelo espaço é essencial, e nas últimas décadas enfrentamos um novo desafio, como nos locomover de modo eficiente sem comprometer ainda mais a saúde do planeta? Para isso buscou-se alternativas que mitigassem os quilométricos engarrafamentos e, principalmente a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). São essas alternativas o transporte coletivo, bicicletas, patins etc. Mas para que esses sejam possíveis, é necessária uma infraestrutura voltada a eles, a CUASO e a Ilha do Fundão trabalham ativamente para que o modelo rodoviário de espaço a novas maneiras de locomoção, com a expansão de ciclovias, e fomento do transporte coletivo, os planos de mobilidade buscam permitir que todos se movam de modo eficiente pelos espaços urbanos.

Repleta de rotatórias, estacionamentos, vias primárias e secundárias, identificamos um sistema viário hierarquizado, onde muitos utilizam-se do campus como um atalho para encurtar distâncias – assim como ocorrem nas cidades universitárias. Mesmo assim, hoje a UEPG não conta com um plano de mobilidade urbana, nem com nenhum projeto que vise facilitar os múltiplos meios de locomoção dentro do Campus. No entanto, frente a grande quantidade de ciclistas, e ao aumento constante de demandas por meios sustentáveis de locomoção, cresce a necessidade da elaboração de um, aproximando-a ainda mais das cidades universitárias.

- Proteção de Patrimônio histórico

Construídas há décadas, as cidades universitárias representam parte importante da história arquitetônica e cultural das cidades. Necessitando assim de leis que protejam os seus prédios históricos, a fim de preservar a memória da universidade. Para além, entendemos que dentro do patrimônio histórico, também estão as visadas⁴⁰ e as paisagens, os monumentos, as toponímias, áreas verdes, maciços vegetados etc. O mesmo deveria acontecer na UEPG, a fim de preservar a arquitetura original, e adequando os novos prédios a essa. No entanto isso não acontece, o que vemos são novos prédios cada vez mais diferentes, que comprometem o conjunto paisagístico do local. Não só pela desconfiguração arquitetônica, mas também pelo fato desses prédios serem construídos em locais que podem comprometer as visadas.

- Saneamento básico próprio

⁴⁰ Pontos de observação, semelhantes a mirantes, de onde pode-se visar/mirar algo.

A Ilha do Fundão é capaz de transformar seus resíduos sólidos em energia, com uma coleta eficaz do lixo e dos resíduos, assim como também pode ser capaz de gerar sua própria água potável. Já a CUASO além de realizar a sua própria coleta de resíduos sólidos, também ostenta uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) própria, capaz de tratar o esgoto gerado pela Cidade Universitária. Vemos isso como uma importante características das Cidunis, que ao serem capazes de atenderem suas próprias demandas, destacam-se em relação a Campus convencionais.

O mesmo poderia acontecer dentro do Campus de Uvaranas, com sistema de coleta de lixo próprio, e talvez futuramente, uma estação de tratamento de esgoto. O que possibilitaria novos projetos de extensão, bem como traria maior destaque a cursos que seriam diretamente ligados a essa atividade, como biologia, química, geografia, engenharia de materiais, entre outros. Mas hoje vemos que a universidade não se preocupa com a sua produção de lixo, e nem com a conscientização sobre o descarte dele, ao andarmos pelo campus é comum ver lixo espalhado pelos gramados, bitucas de cigarro que infestam a paisagem e raríssimas lixeiras.

- Sistemas de Mitigação de desastres

Com as urgências climáticas, estamos cada vez mais exposto a desastres naturais. E em uma região chuvosa e ventosa como a nossa, o risco é ainda maior. As Soluções baseadas em Natureza (SBN) são adotadas pela CUASO e pela Ilha do Fundão, como meio de mitigar as ações dos desastres, com parques lineares, jardins de chuva e tetos verdes, busca-se lidar com as enchentes, alagamentos e deslizamentos.

Esses podem acontecer na UEPG. Com a crescente impermeabilização do solo, decorrente do compulsório aumento de estacionamentos, calçadas e vias, pouco se vê a preocupação com as chuvas de grande volume que atingem a região constantemente. Para além, com uma grande ocorrência de ventos fortes, a universidade não está preparada para lidar com problemas dessa magnitude. Com tetos esburacados, problemas de goteiras, e estrutura frágil, entende-se que essas não estão preparadas para lidar com situações graves.

Destaca-se a importância de que esses sistemas sejam implementados na UEPG, não apenas para a configurar como uma cidade universitária, bem como para garantir a integridade física dos discentes, docentes e servidores do Campus. Ademais, a adoção desses sistemas ajudaria com que a universidade auxilia-se a população local com esses desastres que não atingiriam somente as dependências do Campus.

- Zoneamento Interno e Externo

A divisão em zonas, setores ou unidades, permite que o uso e ocupação do solo seja mais bem gerido e ordenado, bem como possibilita que as individualidades e necessidades únicas desses espaços sejam respeitadas e atendidas. E esse zoneamento pode ser tanto interno – como acontece na Ilha do Fundão, através das UTGs–, ou externo, como é o caso da CUASO que está localizada em uma Zona de Ocupação Especial (ZOE), destinada a atividades de propriedades únicas. Para além, a cidade universitária da USP também conta com um zoneamento interno que a auxilia na gestão.

Os zoneamentos existentes na UEPG servem para a dividir em blocos, que compartilham áreas do conhecimento ou de interesse em comum: Bloco CSA (utilizado por todos os cursos); Bloco E (Engenharias); Bloco G (Educação Física); Bloco L (Ciências Exatas e Naturais); Bloco M (Áreas voltadas a saúde); Bloco S (Serviços); Bloco Z (Zootecnia). No entanto, reconhece-se a necessidade de um zoneamento mais amplo e detalhado, que não só considere seus edifícios, mas também seus entornos.

- Uma análise geral

Diante das 14 (quatorze) categorias elencadas, o Campus de Uvaranas atende parcialmente 8 (oito) delas, e as outras seis não atendidas, demonstram média ou alto potencial para serem mais bem desenvolvidas. Com isso, vemos que a UEPG pode se um dia quiser, dar início à implementação de uma cidade universitária no que hoje é o Campus de Uvaranas, atentando-se aos pontos fracos que carecem maior atenção, e estimulando aqueles que já apresentam potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desta pesquisa, abordamos importantes áreas que subsidiaram uma melhor compreensão do tema, auxiliando-nos na construção teórica e explicitando o caráter sócio-histórico da área estudada, as Cidades Universitárias. Por isso acreditamos ser relevante revisitar alguns pontos que foram cruciais para esse processo.

O primeiro deles certamente é a história das Universidades tanto no mundo, quanto na América Latina, e claro no Brasil. Certamente quando falamos sobre as primeiras universidades da história, a grande massa imediatamente pensa nas antigas construções em modelo romântico e gótico medieval de Oxford ou nas universidades italianas, com seu charme mediterrâneo. No entanto, as primeiras universidades de fato eram árabes, onde as cúpulas e torres, davam lugar aos minaretes. E a lógica machista de que homens foram os percussores de tudo, dava espaço ao protagonismo feminino, compulsoriamente apagado da história, afinal a primeira universidade da história foi fundada por uma mulher – obrigada Fatima.

Já ao explorarmos a história das Universidades na América Latina, vemos que elas chegaram aqui como um meio de domínio, mais uma das inúmeras maneiras de colonizar, dessa vez pelo epistemicídio. Sufocando a cultura local, suprimindo seus saberes e certificando-se que cada elemento importante da cultura originária fosse apagado, ou melhor dizendo sobreposta. Assim como no Brasil as universidades surgem não só para segregar as classes e as raças, mas também para auxiliar na construção de uma elite colonial pensante genuinamente brasileira – mesmo que ostensivamente guiada por preceitos, ideias e ideais europeus. De qualquer forma, mais uma forma de apagar a história, a existência e a importância dos povos originários do território, invasão disfarçada de evolução. Ainda hoje são elas utilizadas como meios possíveis para atender os interesses econômicos e políticos de um seletivo grupo, e aquelas que se oporem a isso, serão vitimadas por um violento desmonte.

O segundo ponto é acerca das próprias Cidades Universitárias, verdadeiros complexos urbanísticos e paisagísticos. Seu surgimento na América Latina se dá devido ao interesse dos governos em produzirem uma identidade nacional, e convencerem o resto do mundo de que suas nações eram prósperas e modernas. Sendo as cidades catalisadores indispensáveis para esse processo.

Com o decorrer das décadas, esses complexos sistemas desenvolveram-se e deram

origem as maiores universidades da América Latina⁴¹. Hoje são polos científicos, tecnológicos e culturais inestimáveis, que servem a sociedade e contribuem para o desenvolvimento de inúmeras áreas do conhecimento. Atraindo investimentos para as cidades que residem e movimentando a economia nacional, apesar das adversidades e dos projetos neoliberais de defasagem.

Já o terceiro ponto diz respeito ao ato de planejar, somado aos planos diretores, que são as bases de uma Cidade Universitária. Com o devido planejamento, e um plano bem estruturado, que garanta a gestão eficaz e estabeleça diretrizes que impulsionem o desenvolvimento e o pleno funcionamento desses espaços, somado a isso, caminhamos para o quarto ponto. A análise dos planos diretores e a criação de categorias foi a parte central do nosso trabalho. Ao estudarmos os planos diretores, fomos capazes de entender como a sua administração funciona e como seu sistema é amplo e ramificado. Buscando contemplar as inúmeras necessidades de um espaço tão complexo e plural como o de uma Cidade Universitária. Ademais, nos aprofundamos no papel político, econômico, social e cultural dessas estruturas.

Com isso constata-se que uma Cidade Universitária não constrói-se a partir de uma robusta gama de edifícios, de suntuosas vias e de extensos parques. Mas também necessita de uma gestão capaz e de um planejamento constante, pensado junto e para a comunidade acadêmica, a fim de atender as demandas dessa, bem como, possibilitar que a comunidade externa seja igualmente contemplada.

E a partir da análise dos planos, o nosso último ponto a ser citado é o próprio Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com as categorias adquiridas a partir da leitura dos planos diretores, aplicadas ao Campus de Uvaranas podemos enfim responder à pergunta central de nossa pesquisa “Quais as potencialidades do Campus de Uvaranas em tornar-se uma Cidade Universitária?”.

Como já abordado, cada Cidade Universitária tem a sua peculiaridade, em decorrência da região em que ela se encontra, da cultura local, política e do seu tamanho. Esse último aliás pode ser objeto de dúvida, afinal seria justo comparar a UEPG à duas gigantes como a USP e a UFRJ? Se entendermos a escala, seria sim. Tanto a USP e a UFRJ localizam-se em polos urbanos igualmente gigantes, as duas maiores áreas metropolitanas do país, isso ajuda a

⁴¹ A Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), a Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), a Universidade Nacional de Córdoba (UNC), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão entre as maiores universidades da América Latina. Todas essas desenvolveram-se em uma Cidade Universitária.

entender os seus tamanhos. Já a UEPG está no interior do Paraná, em uma cidade de não mais de 400 (quatrocentos) mil habitantes, salva as suas proporções, as categorias identificadas são pertinentes para pensarmos a universidade como uma cidade universitária.

Com isso em mente identificamos 14 (quatorze) categorias que elas compartilham entre si. E vemos que o Campus de Uvaranas atende – mesmo que parcialmente – muitas dessas, apresentando potencialidades nas: (1) Áreas com parques para lazer e esportes; (2) Centros de Convivência Acadêmica; (3) Comunidades Residentes; (4) Moradia Estudantil; (5) Permanência Possível; (6) Sistema Viário hierarquizado; (7) Serviços Essenciais; (8) Zoneamento Interno e Externo.

Até mesmo nas categorias que não encontramos no Campus, vemos a possibilidade de que essas sejam eventualmente implementadas, a partir de estudos e de um planejamento adequado, não sendo um cenário distantes um campus com: a) Áreas de preservação ambiental; b) Matriz energética própria; c) Plano de Mobilidade Urbana; d) Proteção de Patrimônio histórico; e) Saneamento básico próprio; f) Sistema de Mitigação de Desastres.

Embora tenha diversas potencialidades que são pouco exploradas, um dos principais fatores que distancia o Campus de Uvaranas de ser uma Cidade Universitária é a falta de interesse dos órgãos estaduais responsáveis, em conta do massivo investimento necessário para que isso aconteça. Frente ao atual Governo do Estado que utiliza-se da LGU para desmontar universidades, minando a autonomia universitária, precarizando as condições de ensino, pesquisa e extensão, bem como as condições de trabalho dos docentes e servidores, a luz do corte gastos e do favorecimento áreas do conhecimento em detrimento de outras. Dificilmente se vê um cenário onde o Campus de Uvaranas desenvolva-se a tal patamar.

REFERENCIAS

ALEMANHA. **Lei nº 2230-1, de 1 de janeiro de 2005**. Gesetz über die Hochschulen in Baden-Württemberg. [S. l.], 1 jan. 2005. Disponível em: <https://www.landesrecht-bw.de/bsbw/document/jlr-HSchulGBWV35IVZ>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Cidades Universitárias, Cidades médias, Cidades Pequenas: Análises sobre o processo de instalação de novos Campi Universitários. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 1, p. 73-93, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2525/2585>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BEARMAN, P.J; BIANQUIS, TH.; BOSWORTH, C.E; DONZEL, E. van; HEINRICHS, W. P. ABU MAHALLI — ABU MANSUR B. YUSUF. In: **THE ENCYCLOPAEDIA of Islam: New Edition**. Leiden, Netherlands: Brill, 2004. v. XII, p. 29-30. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiz-ffwMmMAxVmD7kGHUaMJy0QFnoECDUQAQ&url=https%3A%2F%2Farchive.org%2Fdetails%2Fai2-complete&usg=AOvVaw3Km1GyPd2Afxde0-VIpfI4&opi=89978449>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRANCO, Juliana; ALMEIDA, Valéria de. **PROPOSTA DE TRATAMENTO E REÚSO DO ESGOTO SANITÁRIO DO CAMPUS UVARANAS DA UEPG**. Orientadora: Profa. Dra. Maria Magdalena Ribas Döll. 2022. 130 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/144/TCC_JulianaBranco.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância**. [Brasília]: Ministério da Educação, 31 out. 2022. Disponível em: Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância. Acesso em: 09 abr. 2025

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: Constituição. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós graduação no sistema federal de ensino. [S. l.], 15 dez. 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9235&ano=2017&ato=fddIzZU1UeZpWTfe9>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [S. l.], 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei. [S. l.], 20 dez. 1996. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRUGG, Cibelli Eliane; SANTOS, Elias Estevão Pereira dos. **Projeto arquitetônico de apoio para o Campus Uvaranas da UEPG: espaço multifuncional e central de monitoramento.** Orientadora: Profa. Dra. Nisiane Madalozzo Wambier. 2022. 89 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em:

https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/157/TCC_CibelliEliane%20Brugg.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vitor. O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra. **Fotografia e Propaganda no Estado Novo Português**, Coimbra, v. 12, n. 23, p. 11, 12 nov. 2017. DOI <https://doi.org/10.4000/cp.1964>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/1964#quotation>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHARLE, Christophe. Norbert Elias no contexto político-universitário de Weimar. **Política & Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 50, p. 52-73, 1 abr. 2022. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e.85700>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/85700/51785>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHASSOT, Attico. Idade média: Noite de mil anos ou...?. In: CHASSOT, Attico. **A Ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 2002. cap. 5, p. 67-87.

COLE, H. L.; OHANIAN L. E. “New Deal Policies and the Persistence of the Great Depression: A General Equilibrium Analysis.” *Journal of Political Economy*, vol. 112, no. 4, 2004, pp. 779–816. *JSTOR*, <https://doi.org/10.1086/421169>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FARIA, Érick Luís de; QUADROS, Gustavo Spinardi de. **PROJETO ESTRUTURAL DE EDIFÍCIO DE PEQUENO PORTE: COMPARATIVO DE SOLICITAÇÕES OBTIDAS PELOS SOFTWARES EBERICK E ROBOT STRUCTURAL ANALYSIS PROFESSIONAL, E DETALHAMENTO CONFORME A ABNT NBR 6118:2014 UTILIZANDO O EBERICK.** Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Schulz. 2022. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, [S. l.], 2022. Disponível em:

https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/232/TCC_Erick%20Luis%20de%20Faria.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

FASOLO, Flávia. **AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM CONCRETO ARMADO DESTINADA A UMA ARQUIBANCADA NO CAMPUS UVARANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.** Orientadora: Prof. Msc. Gabriela Mazureki Campos Bahniuk. 2020. 113 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em:

https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/121/TCC_FlaviaFasolo.pdf?sequence=1

nce=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

FRANÇA. **Código nº L111-1 à L977-2, de 1 de junho de 2000**. Code de l'éducation. [S. l.], 1 jun. 2000. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/texte_lc/LEGITEXT000006071191/2025-05-20/. Acesso em: 7 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Niterói: CLACSO, 2021. 396 p. ISBN 978-987-722-832-8. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

HERKLOTZ, Maria Julia de Castro. **Cidades Universitárias modernas na América Latina: Programa, Lugar e Identidade**. Orientadora: Helena Aparecida Ayoub Silva. 2023. 355 p. Tese de mestrado (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-07122023-110338/en.php>. Acesso em: 25 maio 2024.

JÚNIOR, Vicente dos Santos; REIS, Rayla de Paiva. CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS DE MINAS GERAIS COM BASE EM CLUSTERS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Aporte às discussões sobre a rede urbana do estado. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 217–239, 2024. DOI: 10.70860/rtg.v13i30.19172. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/19172>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: **Planejamento Urbano no Brasil**. In. [S. l.: s. n.], 1999. p. 121-192. Disponível em: <https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9ias-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9ias.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MARQUES, T. C. de A.; SCHUTTE, G. R. Uma análise da política chinesa de desenvolvimento e regulamentação do IED interno e dos Planos Quinquenais. **Revista Brasileira de Economia Política**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 261-279, 2024. DOI: 10.1590/0101-31572024-3564. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/2453>. Acesso em: 3 maio. 2025.

MARTINS, Humberto *et al.* EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.* **UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. p. 593-614. ISBN 978-65-5635-030-1. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiv8P3y2rKNAxVuK7kGHXB5D30QFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fportalantigo.ipea.gov.br%2Fagencia%2Fimages%2Fstories%2FPDFs%2Fflivros%2F214076_lv_ut_miolo_cap18.pdf&usg=AOvVaw3ViPKuaMAuuQbu-

q7eUhDe&opi=89978449. Acesso em: 9 abr. 2025.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a Administração**. São Paulo: Atlas, 2004. 393 p.

MEER, Jean Van der. **PROJETO ESTRUTURAL DO BLOCO DE ASTRONOMIA E DO PLANETÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – CAMPUS UVARANAS PROJETO ESTRUTURAL DO BLOCO DE ASTRONOMIA E DO PLANETÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – CAMPUS UVARANAS**. Orientadora: Profa. Msc. Gabriela Mazureki Campos Bahniuk. 2019. 92 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/118/TCC_JeanVanDerMeer.pdf?squence=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

MIRANDA, Rosemeire Nicásio de *et al.* Plano Diretor – aspectos conceituais e históricos. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 14º, n. 37, p. 85-104, 2. sem. 2013. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiLj pCf3rKNAXGKkLkGHclJBQ4QFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fepm.tjsp.jus.br%2FPublicacoes%2FCadernoJuridico%2F21855%3Fpagina%3D1&usg=AOvVaw3v_Vht5e_Igd vIsh1CrOPL&opi=89978449. Acesso em: 18 maio 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448 p. ISBN 8537811874.

NEIVA, Samara da Silva; COSTA, Alexandre Marino; LEAL FILHO, Walter. Cidades universitárias sustentáveis: modelos de gestão focados na inovação socioambiental. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 1, n. Especial, p. 1–14, 2024. DOI: 10.5007/2175-8077.2023.e97639. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/97639>. Acesso em: 25 mar. 2025.

OLIVEIRA, N.; MACHADO, E. Reterritorialização em pequenas cidades universitárias no Nordeste brasileiro: reflexões a partir da Praça do Obelisco em Redenção, Ceará. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 721–740, 2022. Disponível em:

<https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3509>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Plano Diretor. Curitiba, [s.d.]. Disponível em: Sobre o Plano Diretor – Plano Diretor 2025. Acesso em: 15 maio 2025.

RODRIGUES, L. A. F. Choques morfológicos e crises de sociabilidade no espaço universitário e no espaço urbano. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e00053, 2019. DOI: 10.47235/rmu.v7i1.53. Disponível em:

<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/53>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RSP, E. Cidade Universitária a Universidade do Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 67, n. 2, p. 191-194, 1955. DOI: 10.21874/rsp.v67i2.5122. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5122>. Acesso em: 25 mar. 2025

SABOYA, Renato T. de. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. 231 p. Tese (Doutor em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiTpuC24bKNAxWELrkGHRtHAKoQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufsc.br%2Fxmlui%2Fbitstream%2F123456789%2F90032%2F1%2F240732.pdf&usg=AOvVaw1rDsFm8os8-Ots-3OdomGZ&opi=89978449>. Acesso em: 18 maio 2025.

SOKOLOWSKI, Luiz Gustavo Stockly. **PROJETO ESTRUTURAL DOS SETORES 2 E 3 DO NOVO BLOCO E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – CAMPUS UVARANAS**. Orientador: Prof. Msc. Fernanda Brekailo. 2023. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em:

https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/296/TCC_Luis%20Gustavo%20Stockly%20Sokolowski.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOUSTELLE, Jacques. A Civilização Asteca. In: SOUSTELLE, Jacques; FAVRE, Henri; GENDROP, Paul. As civilizações pré-colombianas. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. cap. 1, p. 06-104

ANEXO A – CAMPUS DE UVARANAS

